

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 558  
6 de Setembro de 1984

Preço: 30\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# SEXTA, SÁBADO E DOMINGO NO ALTO DA AJUDA A FESTA DO «AVANTE!»

A foto foi obtida no passado domingo e dá conta da grande azáfama que reinou na ultimização dos preparativos para a Festa que amanhã, ao fim da tarde, se inicia. A foto dá conta disso, mas ao mesmo tempo documenta e simboliza o que foi (e desde sempre tem sido) uma componente essencial do repetido êxito da Festa do «Avante!»: o trabalho voluntário, realizado com camaradagem e fraternidade, como é próprio do estilo de trabalho dos comunistas — ainda que nem só comunistas tenham participado.



- **VAGA DE LUTAS E PROTESTOS NO CALOR DO VERÃO** \_\_\_\_\_ Pág. 3
- **AS ELEIÇÕES NA MADEIRA E NOS AÇORES** \_\_\_\_\_ Págs. centrais
- **VITÓRIA: ULTRAPASSADOS OS 7 MIL CONTOS** \_\_\_\_\_ Págs. centrais



# SEMANA

29  
Quarta-feira



Não a banca privada

A abertura da banca privada ao grande capital com a respectiva instalação de bancos privados não pode ser considerada, segundo uma nota da SIP do PCP, «nem um facto consumado nem muito menos um acontecimento irreversível». Os resultados obtidos por atletas portugueses nas recentes olimpíadas foram o pretexto invocado por Mário Soares para promover uma festa para cerca de duzentos convivas onde não faltaram, devidamente acompanhados por vinho de Tomar posto à disposição, uma sopa de peixe, um grelhado de enguias e um novilho de 350 quilos. Alegando falta de tempo, o ministro português dos Negócios Estrangeiros recusa-se a receber em Lisboa o representante não-oficial da Fretilin na ONU, Ramos Horta. O Instituto Nacional de Estatística revela que de Janeiro a Julho do corrente ano os preços aumentaram 31,3 por cento relativamente ao mesmo período do ano passado. A polícia francesa, após confiscar todo o material, encerrou as instalações do Rádio Clube Português de Paris, estação que emitia para cerca de 300 mil auditores naquela região, na opinião de um colaborador da mesma rádio, a este golpe da polícia francesa não terão sido alheias pressões das autoridades portuguesas. Um ataque da aviação israelita na região do Vale de Bekaa provoca 20 mortos, 30 feridos e 35 desaparecidos.

30  
Quinta-feira

Inicia-se uma greve de 48 horas nos CTT que regista no seu primeiro dia, segundo fontes sindicais, uma adesão de cerca de 70 por cento. Mário Soares inicia uma visita de quatro dias à República Popular de Moçambique. O ex-secretário-geral do PSD, António Capucho, afirma em entrevista a um matutino que «com horrosíssimas excepções, a direcção política do PSD é totalmente inadequada. Demonstrou já que não tem garra e que não tem política». O Comité Executivo do Sindicato dos Mineiros Britânicos decide formar piquetes de greve em todas as explorações mineiras, atitude que é encarada como um claro desafio dos mineiros (em greve há seis meses) ao governo de Thatcher que recentemente declarou ilegais tais piquetes. Tanques do exército israelense que ocupa o sul do Líbano avançaram em direcção ao norte, acção esta que coincide com o debate do Conselho de Segurança da ONU sobre as actividades anexionistas de Israel em território libanês.

31  
Sexta-feira



Lisnave em luta

Com uma adesão de cem por cento os trabalhadores da Lisnave cumprem uma greve de 24 horas como forma de luta pelo pagamento dos salários em atraso. A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte protesta em comunicado «contra os sucessivos aumentos dos preços do gasóleo, pesticidas, adubos e rações» que, em seu entender, comprometem seriamente a lavoura. Num acidente que envolveu várias viaturas, mais onze emigrantes portugueses morrem em Espanha quando regressavam a França depois de um período de férias na sua terra natal. O presidente francês François Mitterrand chega inesperadamente para uma curta visita a Lisboa, para a qual não se conhece o real motivo. Segundo a agência jugoslava Tanjug, 20 mil membros da chamada FNLA renderam-se durante a última semana às autoridades angolanas.

1  
Sábado

O presidente da Câmara Municipal de Sesimbra declara ter obtido garantias das entidades oficiais para se iniciar este ano o programa de reconversão da Lagoa de Albufeira. Incêndios continuam a devastar vastas zonas florestais do País; desta feita registam-se mais dois de grande proporções: um, no Carfaxo, outro no concelho de Montemor-o-Velho. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte acusa a administração da empresa Leugim, de Matosinhos, de fazer «lock-out» pondo assim em risco 30 postos de trabalho. A Angop afirma que o «maior obstáculo» à melhoria das relações entre os governos de Portugal e Angola é o facto de o nosso país servir neste momento «de refúgio maior de grupos de bandidos» que circulam livremente.

2  
Domingo



Jaime Perez

Declarações recentes de responsáveis da Comissão Europeia divulgadas em Lisboa confirmam a não conclusão das negociações de adesão de Portugal à CEE até ao final do mês de Setembro. Para Mota Pinto, vice-Primeiro-Ministro, no uso da palavra numa cerimónia de boas-vindas em Vila Nova de Cerveira, a formação de novos partidos constitui motivo para «encolher os ombros e nos rimos», muito embora tal exija, igualmente, «vigilância quando aparecem a dizer que faz falta um novo partido social-democrata». A CGTP-IN considerou o anteprojecto de lei governamental de «cessação do contrato de trabalho» com um diploma que conduzirá à «quase total neutralização da proibição constitucional de despedimento sem justa causa». O governo de Nicarágua culpa os Estados Unidos de um ataque no norte do país que provoca a morte de quatro crianças, um civil e ferimentos em três mulheres. Sindicatos chineses manifestam preocupação com o reforço do poder da direcção das empresas em detrimento dos operários. Quando reprimia uma manifestação de estudantes no bairro negro de Watville, na África do Sul, a polícia assassina uma criança de seis anos.

3  
Segunda-feira

Trabalhadores do serviço de remoção do lixo da Câmara Municipal de Lisboa iniciam uma paralisação como forma de apoio às suas reivindicações. Aos 64 anos morre Raul de Carvalho, comunista e um dos grandes poetas da geração de 50. Vereadores da APU na Câmara Municipal de Lisboa consideram inconstitucional um despacho do presidente substituído, Pedro Feist, que proíbe a afixação de propaganda política entre o Rossio e o Marquês de Pombal. A presidência irlandesa da CEE adverte que as negociações sobre a adesão de Portugal da Comunidade não tornem mais maleáveis as suas posições. A polícia de Pínochet agride exilados que regressavam ao país num avião da linha aérea francesa «Air France». A greve geral na Argentina promovida pela Confederação Geral do Trabalho constituiu um firme protesto popular contra a presença do FMI.

4  
Terça-feira

O ministro das Finanças, Ernâni Lopes, admite agora um novo adiamento da adesão de Portugal à CEE, na ordem dos três a quatro meses. De acordo com um balanço provisório, as violentas cargas policiais com armas de guerra, gases lacrimogéneos, bastões e chicotes, blindados e helicópteros, desencadeadas pelo regime racista contra o bairro negro de Sharpeville, a sul de Joanesburgo, na África do Sul, originaram perto de três centenas de mortos e mais de 230 feridos. Os manifestantes, que foram selvaticamente agredidos e atacados pelas forças policiais, protestam contra a «Constituição» racista, que pura e simplesmente ignora os direitos de 73 por cento da população do país.

## Editorial

# IMPÕE-SE TRAVAR A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

As forças democráticas e a imensa maioria do povo português, para quem a urgência da demissão do Governo PS/PSD e de uma resoluta viragem na política nacional é um ponto convergente, estão hoje em condições de viabilizar e garantir uma alternativa democrática.

Factores favoráveis acumulam-se; questões indefinidas tornaram-se mais claras.

Objectivamente, o Governo conduziu o País a uma situação de desastre. A crise económica e financeira, a insegurança social, o agravamento das condições de vida das mais vastas camadas do povo aprofundam-se cada dia. A propaganda de fachada da parêntese governante e as picardias eleitoralistas de Mário Soares não iludem e ainda menos anulam a dura e patente realidade.

Por outro lado, o descontentamento popular contra a política do Governo Soares/Mota Pinto tornou-se um sentimento generalizado. É um sentimento ainda não inteiramente traduzido no vigor e amplitude da luta de massas mas, apesar do período de natural afrouxamento das actividades do País, por motivo de férias, o movimento operário, popular e democrático fortaleceu-se no plano político e organizativo, as razões de uma urgente mudança no quadro das instituições cresceram; o tempo político amadureceu.

É também evidente que no horizonte político do País se adensaram as ameaças contra a democracia e o 25 de Abril. A contra-revolução não fez férias no seu labor antidemocrático. Nesta reactivação do processo subversivo a política do Governo desempenha um papel primordial.

O carácter do programa oculto da parêntese governante PS/PSD, negociado e assinado entre Mário Soares e Mota Pinto durante e após as eleições de 1983, e a seu tempo denunciado pelo PCP como um autêntico pacto de direita, está hoje claro.

É um programa apontado à reconstrução do poder dos monopólios e à destruição do regime democrático saído do 25 de Abril.

Só os ingénuos e os incorrigíveis crentes nas boas intenções de Mário Soares, que enterram as cabeças na areia como o avestruz, não vêem ou não querem ver as realidades.

O plano subversivo de Soares e Mota Pinto precisa-se de maneira notória na prática política em todos os terrenos.

As acções congeminadas e comandadas pelos antigos grupos monopolistas portugueses, estreitamente associados aos círculos da alta finança internacional contra as conquistas fundamentais de Abril, entraram numa fase operacional acelerada, irromperam já no plano legislativo e ameaçam tornar-se situações inconstitucionais de facto cobertas pela lei.

Na sequência da abertura à iniciativa privada da banca, dos seguros e da produção de adubos — sectores onde no passado os Mellos da antiga CUF e os Buihosa, por exemplo, tinham os mais fortes interesses e posições — acelera-se a ofensiva contra as nacionalizações.

As celeberrimas «sociedades de investimento» introduzidas na actividade bancária pela «porta do cavalo» transformam-se agora em bancos (conforme o PCP logo preveniu e contrariamente aos desmentidos do Governo). Três bancos privados estarão de pé até ao fim do ano, dois dos quais de grupos financeiros estrangeiros e, curiosamente, um americano — o Chase Manhattan Bank, de Rockefeller, um dos «amigos» de Soares e um dos chefes da Trilateral (da CIA) de que são «sócios» o ministro da Saúde, Gonet, do PS, e Lucas Pires, secretário-geral do CDS — e o outro, o Manufacturer Hanover Trust Cy, dirigido pelos magnatas da RFA, com os quais os círculos dirigentes do PSD têm estreitas relações.

O outro banco privado, a Sociedade Portuguesa de Investimentos, constituída já em 1974, em que predominam os grandes industriais norteños, em especial do têxtil, têm à frente entre outros, o grupo Manuel Gonçalves e a Somel, do sr. Eurico de Melo, dirigente da ala mais reaccionária do PSD.

Outro futuro Banco de Investimentos, já em actividade em Portugal, dominado pela banca estrangeira, que detém 27,5% do capital, tem como maiores participantes a International Finance Corp., o Crédit Lyonnais, a UBS da Suíça, a DEC da RFA e o Investors in Industry.

É significativo que o Banco de Portugal, por evidente inspiração do Governo, tenha considerado nas autorizações para a abertura de novos bancos que o «equilíbrio global exigiria vantagem para os americanos», com quem se tem acentuado a nossa dependência comercial. As exportações portuguesas para os Estados Unidos em 1983, relativamente a 1977, aumentaram apenas de 5,9 vezes, enquanto as importações aumentaram 6,4 vezes no mesmo período.

A estreita associação de interesses dos antigos monopolistas e banqueiros portugueses com o grande capital estrangeiro, em particular dos Estados Unidos, e a estreita relação de tais interesses com a política do Governo Soares/Mota Pinto, são por demais evidentes.

É também cada vez mais evidente que o conluio Soares/Mota Pinto tem como um dos vínculos o apoio à candidatura do primeiro às eleições presidenciais.

O eleitoralismo domina já, aliás, todos os actos políticos de Mário Soares, mesmo que objectivamente contrariem os interesses do País. Cada vez mais detestado e afastado do povo português, Soares busca no exterior os apoios que lhe faltam no plano interno.

A operação CEE — uma verdadeira operação contra as conquistas de Abril — e as suas peripécias, numa área onde fervilhavam as contradições e choques do capitalismo monopolista — é um dos episódios mais burlescos da ansia eleitoralista de Soares e dos projectos de recuperação capitalista dos círculos monopolistas portugueses.

O ridículo da dança da «adesão à CEE» nos prazos convenientes à hipótese da candidatura de Soares, tem metido Mitterrand num autêntico corripio de cá para lá para resolver a quase quadratura do «círculo» da

«integração», ao menos de uma simples declaração de adesão.

As hipóteses de êxito desta operação anti-Abril vão-se estufando, como claramente se deprende das últimas declarações do ministro Ernâni Lopes.

Na visita a Moçambique, país com o qual o povo português está vivamente interessado em reforçar laços de amizade e de cooperação, Mário Soares, com evidentes intenções eleitoralistas, considerava como a «maior prenda» da sua visita a libertação de «um punhado de malandros» portugueses, como lhe chamou jocosamente o presidente Samora Machel, por ele ordenada a pedido de Soares.

O Primeiro-Ministro preparava-se mesmo para trazer no seu avião esse «punhado de malandros» possivelmente para uma operação televisiva, uma espécie de «churrascada olímpica», no aeroporto de Lisboa.

O carácter dos compromissos que estão na base da formação da parêntese governante PS/PSD em 1983, tornou-se agora ainda mais claro com a nova operação de guerra social contra os trabalhadores, corporizada no novo «pacote laboral» anunciado pelo ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo: um anteprojecto de lei de cessação do contrato de trabalho, outro de uma nova lei dos contratos a prazo destinada a tornar «mais flexível» o processo dos despedimentos, e outro ainda de alterações à lei da greve, com informação obrigatória e prévia da composição dos piquetes de greve, que abriria a porta à repressão imediata e selectiva patronal contra os trabalhadores.

Esta operação está em sintonia com a apresentação do PRFE, agora aprovado nas suas linhas gerais pelas confederações patronais e pelos laicaos da UGT no chamado «Conselho de Concertação Social».

Compreende-se melhor, à luz do programa oculto do PS e do PSD, as «exigências» de Mota Pinto a Mário Soares quando o problema da remodelação do Governo reclamada por este foi protelado e as exigências internas do PSD ao vice-Primeiro-Ministro das medidas de «reestruturação» da economia, atrasadas já mais de dois meses em relação aos prazos assentes com o PS.

Há uma estreita conexão dos novos serviços de informação, dos projectos de lei fascista de segurança interna, do PRFE, da revisão das leis laborais, da tutela anticonstitucional das autarquias — que atingiria no cerne o Poder Local democrático — e, claramente, com certas medidas tomadas no âmbito do Ministério da Defesa.

O tempo pressiona para pôr um travão em tais projectos. Para isso é essencial a intensificação do movimento operário popular e democrático, da luta de massas, das iniciativas políticas.

Essa é a tarefa imediata e central das forças democráticas, nela se empenha com todas as suas forças o PCP.

A Festa do «Avante!» que se realiza neste fim-de-semana, no Alto da Ajuda, e o início de domingo em que discursará o Secretário-Geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal, constituirão uma valiosa contribuição para a necessária tomada de consciência dessa mudança de política e de governo que é urgente levar a cabo.

# Bancários acusam Governo de querer entregar economia do País aos monopólios, ao FMI e ao imperialismo

Na linha do enfundamento ao FMI, vem o Governo PS/PSD tomando sucessivas medidas que visam estragar o controlo da economia nacional aos interesses do grande capital estrangeiro e nacional. Isto afirmam os membros das listas unitárias eleitos para o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em documento divulgado na conferência de imprensa realizada na passada semana. É nesta perspectiva — sublinha — que o Plano de Recuperação Financeira e Económica é apresentado pelo Ministério das Finanças e do Plano.

O documento, que parte do princípio de que é a banca uma alavanca fundamental da economia, acusa o executivo de planejar subverter o sistema bancário português a fim de prosseguir a sua política de desastre, assegurando ao mesmo tempo o seu apoio à banca internacional e aos sectores mais retrógrados do capital privado português.

Como o que se pretende no PRFE — diz o documento — é abrir o sector bancário ao capital privado, a reformulação de toda a legislação que regula a actividade financeira é feita de forma a ser a Banca Nacionalizada a adaptar-se aos objectivos do capital privado e não o capital privado aos interesses gerais do país. Isto é tanto mais grave — sublinha — quanto se sabe que o sistema bancário seria de imediato dominado pela gula da

grande banca internacional o que significa que a independência do país corre sérios riscos.

## Golpe inconstitucional

Acusando o chamado Plano de Recuperação de ser de facto um instrumento de destruição da Banca Nacionalizada assumindo desse modo o carácter de «golpe inconstitucional», o documento dos eleitos unitários do conselho Geral do SBSI classifica ainda de incoerente o facto de o Governo considerar que as instituições nacionalizadas como carentes de capitais próprios, ao mesmo tempo que não se coíbe de arrecadar todos os anos a quase totalidade dos seus lucros «a título de comparticipação».

Menos incoerente, é segundo o documento, a intenção

do Governo de vir a permitir a participação privada em futuros aumentos de capital, tornando os bancos nacionalizados em empresas mistas — figura não prevista na Constituição e que assume contornos de desnacionalização.

Os signatários do documento distribuído à imprensa sublinham que o surgir da Associação Bancária se explica como uma forma de o Governo atingir os objectivos que se propõe. O executivo PS/PSD prevê a modificação da Lei Orgânica do Banco de Portugal — denunciam —, esvaziando o banco central das suas funções e distribuindo estas por órgãos subordinados à sua política. A par da tal Associação Bancária, aponta-se para a criação de um outro organismo, encarregado de coordenar a gestão das Instituições de Crédito Públicas dependente do próprio Ministério das Finanças e do Plano. E o documento adverte:

«É assim que se projecta a atribuição de poderes à Instituição de Crédito que poderão ir tão longe como dissolver bancos nacionalizados ou intervir na sua gestão. Cria-se assim — afirmam — a possibilidade de, uma vez fabricadas as condições necessárias, poder a inspecção de Crédito decretar o encerramento de um banco nacionalizado ou da sua entrega a uma Comissão Administrativa constituída pelos antigos grupos financeiros ou seus homens de mão.

O chamado PRFE é acusado também de visar a modificação dos estatutos da Caixa Geral de Depósitos, com o fito de retirar a esta instituição a exclusividade dos depósitos obrigatórios do sector público a fim de

beneficiar, através da sua redistribuição, a banca privada estrangeira e nacional.

Por outro lado é apontada ao Governo a intenção de, contrariando afirmações recentes, pretender fusões de bancos nacionalizados com a finalidade de, por via do aumento de capital por subscrição privada e através de uma gestão ao serviço de interesses privados, fazer retornar a banca — de forma camuflada — aos antigos grupos monopolistas. Isto ao mesmo tempo que se gera a desorganização e degradação da banca nacionalizada, com resultados alarmantes para o futuro dos trabalhadores bancários e da própria economia nacional.

## A banca vai continuar nacionalizada

Embora o quadro traçado pelo documento dos eleitos unitários nas listas para o Conselho Geral do SBSI seja alarmante na desmontagem das intenções governamentais que conduziram à decisão de 28 de Agosto, de, inconstitucionalmente, concretizar alterações à Lei de Delimitação dos Sectores e autorizar, por esse meio, a instalação de dois bancos dos EUA em Portugal e a conversão em banco de investimento da Sociedade Portuguesa de Investimentos, o documento salienta a vontade expressa pelos trabalhadores bancários em continuar a defender a banca nacionalizada.

Entre os trabalhadores existe uma vontade colectiva que nasceu ainda durante a luta pela nacionalização da banca e que continua bem viva — para o desenvolvimento e progresso do país e

para a segurança de emprego dos bancários a banca vai continuar nacionalizada e qualquer medida inconstitucional que o Governo tome ou venha a tomar terá a resposta adequada por parte da classe.

O Governo continua a desrespeitar a vontade dos bancários que nos 2 Congressos realizados no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas se pronunciaram inequivocamente desta forma: «... os trabalhadores bancários defenderam sempre a irreversibilidade das nacionalizações que a revisão constitucional confirmou. Por isso se congratulam com a sua confirmação.

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas reafirma a sua posição contrária à criação de novos bancos privados e ao exercício de actividade bancária pelos empresários privados em qualquer parcela do território nacional» (decisão do 2.º Congresso do Sindicato realizado em Março de 83).

Criticando a Direcção do Sindicato por não ter assumido as suas responsabilidades, por abandonar a classe e se manter calada contrariando decisões de órgãos superiores, face à gravidade da situação e aos planos destrutivos do Governo e assumindo uma posição de conluio que nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores, os signatários do documento acusam por outro lado o Governo de (e após em 1983, através do próprio Primeiro-Ministro, haver afirmado que a abertura da banca aos privados não contribuiria para a solução da crise), tomar uma atitude que revela total subjugação ao FMI e ao imperialismo.

E conclui:

«Os membros das listas unitárias face à situação já extremamente grave da Banca Nacionalizada e ainda dos profundos golpes que o Governo lhe que desferir, comprometem-se a desencadear uma grande campanha de informação, esclarecimento e mobilização da classe a fim de que as respostas apresentadas, há vários meses, por estruturas representativas dos trabalhadores no sector sejam aplicadas no sentido do aproveitamento total das potencialidades da Banca Nacionalizada e também pela rejeição eficaz da aplicação do dito Plano de Recuperação Financeira e Económica e da concretização da abertura de novos bancos privados nacionais ou estrangeiros ou de quaisquer outras medidas que o Governo venha a tomar ou a querer aplicar que contrariem as aspirações justas dos trabalhadores e também os próprios interesses nacionais.

Por fim e em virtude do Governo acabar de materializar, numa clara atitude anticonstitucional a autorização do estabelecimento de 2 novos bancos estrangeiros — o Manufacturers Hanover e o Chase Manhattan — e a passagem a banco da Sociedade Portuguesa de Investimentos, medida que irá agravar a situação económica do país, os membros das listas unitárias reafirmam a vontade de continuar a defender a Banca Nacionalizada e a partir de agora irão desenvolver todos os esforços no sentido de exigir a nacionalização dos bancos agora autorizados a abrir as suas instalações em Portugal.

## Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 769225 769222

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira. SAFL Serviços Centrais. Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Bako, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto. R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-A.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776936 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4050 Porto. Tel. 381087

Composto e impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Julho: 41 925

Nacional

# Vaga de lutas e protestos no calor do Verão

Se, por seu lado, o Governo e o patronato reaccionário, de mãos dadas, aproveitaram o Verão e as magras férias para se lançarem numa vasta operação contra os trabalhadores — recorde-se o pacote laboral contra o qual a CGTP recentemente se insurgiu denunciando os verdadeiros atentados aos direitos dos trabalhadores, propondo-se limitar nomeadamente o direito à greve, ao mesmo tempo que facilita a prática anticonstitucional do *lock out*, alargando a possibilidade de despedir e de reprimir —, enquanto isto acontece, os trabalhadores não cruzaram os braços. Uma verdadeira vaga de lutas, de greves e de protestos, de tomadas de posição críticas vem indicar que, por todo o País, a luta não está de férias.

Depois do encontro com a imprensa em que a CGTP denunciou e criticou as intenções governamentais de promover o chamado pacote laboral, a divulgação de um «estudo» do Governo sobre empresas «eventualmente inviáveis» provocou uma onda de protestos onde o desmentido das afirmações do Executivo quanto à situação de muitas dessas empresas foi a tônica principal. Trabalhadores e suas organizações representativas protestaram contra a elaboração da «lista negra» de mais de 6 dezenas de empresas, entre as quais se «contemplavam» a Lisnave, a MDF e a CIFA. Por seu lado, a CGTP acusou o Governo de haver já encerrado 25 daquelas empresas lançando no desemprego mais de 1300 trabalhadores, apontando também a falência como caminho para as restantes, e aumentando assim os despedimentos e o desemprego no País.

Greves

Entretanto a Lisnave voltou à greve. Após as paralisações de 22 e 23 do mês passado, que se saldaram por um êxito no tocante à adesão registada, os trabalhadores do «melhor

estaleiro do mundo» (como a empresa é considerada pelos próprios armadores), decidiram nova greve que teve lugar no último dia de Agosto e que conseguiu uma adesão total. A Comissão de Trabalhadores, com efeito, informou que a greve registou uma adesão de cem por cento.

A luta desencadeada na Lisnave, conforme a CT divulgou, apoia a exigência dos trabalhadores em que os compromissos assumidos há semanas pela administração sejam cumpridos, nomeadamente no que toca ao pagamento das dívidas aos trabalhadores, exigindo estes, ainda, a reposição do seu poder de compra nos termos do caderno reivindicativo bem como a garantia dos postos de trabalho.

Os motivos das lutas são variados. Recorde-se aqui as paralisações registadas na Siderurgia Nacional contra as medidas repressivas e as centenas de processos disciplinares que ameaçavam os trabalhadores daquela grande empresa nacionalizada.

Nos CTT, registou-se também uma grande adesão à greve marcada para 30 e 31 de Agosto — cerca de 70 por cento, segundo o que a Federação dos Sindicatos das Comunicações e Telecomuni-

cações anunciou publicamente. Sectores vitais da empresa paralisaram completamente, como foi o caso da central de Correios de Cabo Ruivo, das centrais telegráficas de Lisboa, Coimbra e Entroncamento. Os trabalhadores dos CTT reivindicaram que sejam integrados no salário os chamados «prémios de assiduidade» e também exigiram a reposição do poder de compra perdido já na vigência da actual tabela salarial.

A Federação dos Sindicatos responsabilizou entretanto a administração dos CTT pelo conflito, responsabilizando a partilhar também pela Secretaria de Estado das Comunicações que, segundo a Federação, «mantém uma total recusa negociada, apesar da disponibilidade manifestada pela FCT».

Mas a lista das greves não acaba aqui. Os primeiros dias de Setembro foram assinalados pela greve dos trabalhadores da ENATUR. A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo explicou as razões do recorrer a tal forma de luta, afirmando que não se chegou a qualquer acordo com a gerência da empresa quanto à vigência da tabela salarial. Conforme a Federação afirma, os trabalhadores reivindicam que seja reposto o poder de compra a vigorar de 1 de Agosto passado a 31 de Julho de 1985, enquanto que o conselho de gerência se ficou por uma proposta de aumentos inferior às previsões orçamentais da empresa para encargos salariais.

A Federação, que anunciou haver a greve registada uma adesão de 60 por cento dos trabalhadores, previa para os próximos dias 21 e 22 do corrente novas paralisações no caso de não virem a ser satis-

feitas as reivindicações, estimando que a adesão a estas novas iniciativas irão alastrar. Está marcada para hoje uma reunião com o conselho de gerência da empresa, de cujo resultado dependerá o desenlace ou não de nova greve. Os sindicalistas começaram já a preparação de plênários em todos os estabelecimentos da empresa.

Enquanto que, na Dinfer, os trabalhadores já marcaram uma paralisação para o próximo dia 11, entre as 12 e as 13 horas, lutando pelo pagamento dos salários em atraso, pelos subsídios de férias e doença e pelos retroactivos, decidindo ainda em plénário realizado na sexta-feira passada efectuar uma concentração frente à sede da empresa e solicitar audiências ao secretário de Estado do Trabalho e ao Inspector-Geral do Trabalho. Outra greve, desta vez no Totobola, se anuncia para este mês.

Com efeito, os trabalhadores do Totobola, segundo afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, decidiram desencadear uma greve para os dias 13, 14 e 15 do corrente — o que deverá inviabilizar o escrutínio do concurso do fim-de-semana seguinte, 15 e 16 de Setembro. Na origem da decisão tomada está o facto de a Santa Casa da Misericórdia, ao comprar equipamento computorizado, pretender dispensar 70 por cento do total de trabalhadores. Em caso de despedimento não seria reconhecido a grande parte dos trabalhadores ligados à Função Pública o tempo de serviço efectuado — alguns com mais de 23 anos de «casa» — se viessem a optar pela indemnização.

Concentrações, protestos e outras formas de luta

Se a ofensiva do Governo e do patronato reaccionário se exerce de forma variada e em diversos campos, também as lutas dos trabalhadores que alastram por todo o País assumem as formas mais diversas, do comunicado à concentração, da greve ao corte de estrada.

Os trabalhadores da construção civil da empresa denominada «Construções Prinz» concentraram-se na passada semana junto às instalações da empresa protestando contra as graves violações dos seus direitos contratuais, acusando a administração de os ter despedido abusivamente, além de nem sequer lhes haver pago os salários.

O despedimento — o célebre *lay off* — foi entretanto recusado em Leiria pelos vidreiros da empresa «Ingridhutte». Também aqui a empresa — uma multinacional alemã — que não paga salários há doze meses, recorreu ao *lay off* sem ter satisfeito as dívidas aos 300 trabalhadores.

fundamentalmente, não na base de fundos próprios dos seus accionistas, mas na base de empréstimos sacados à banca nacionalizada e de um empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimentos mas envolvendo a responsabilidade e a garantia do Estado português.

Considerando que a instalação de bancos privados não pode ser considerada nem um facto consumado nem muito menos um acontecimento irreversível, a nota da SIP sublinha que no plano institucional, continua pendente para apreciação pelo Tribunal Constitucional a impugnação apresentada pelo PCP, com fundamento em inconstitucionalidade, da nova Lei dos Sectores aprovada pelo Governo PS/PSD e pela sua maioria parlamentar. No plano da luta dos trabalhadores, continua e continuará seguramente a luta em defesa da banca nacionalizada e contra a instalação de bancos privados. No plano político, o povo português não é obrigado a aceitar, como definitivas e imutáveis, orientações e medidas frontalmente inconstitucionais e profundamente lesivas do interesse nacional. Tais orientações e medidas poderão e deverão, com toda a legitimidade, ser rectificadas e anuladas após a demissão do Governo PS/PSD e com a concretização de uma alternativa democrática.

O PCP reafirma o compromisso enunciado no seu X Congresso de defender que, se se vierem a instalar bancos privados, graças aos favores do Governo PS/PSD e à sua política de violação de legalidade constitucional, tais bancos deverão ser nacionalizados, sem direito a quaisquer indemnizações.



A forma de protesto utilizada pelos trabalhadores da Equipmetal-Norte, que lutam pelo pagamento dos salários em atraso e contra as ameaças que pendem sobre o futuro da empresa, foi o corte do trânsito da Via-Norte na manhã da quinta-feira passada. Os 300 trabalhadores, que não receberam ainda o mês de Julho, deram a conhecer a grave situação da Equipmetal-Norte, ameaçada de desmantelamento e de medidas que apontam para a redução para metade do pessoal.

Os trabalhadores da Marinha Mercante realizaram, por seu lado, uma concentração nacional no princípio da semana passada junto às instalações do Ministério do Mar, divulgando os problemas que afectam o sector e exigindo ao Governo a resolução dos mesmos. Trabalhadores da CNN, CTM e Soponata apuraram

uma plataforma conjunta de acção exigindo ao Executivo a reestruturação da marinha de comércio — saneamento económico das empresas, manutenção dos postos de trabalho, pagamento dos salários a tempo e horas. Confirmando dias depois as acusações dos trabalhadores, o secretário de Estado da Marinha Mercante fez declarações à imprensa afirmando que prepara para breve a formação de duas empresas «sãs», com o consequente despedimento de 1500 trabalhadores.

Os reformados também protestam. A Comissão Permanente do MURPI classificou recentemente de «verdadeira raioeira» a Lei de Bases da Segurança Social aprovada pela AR, acusando-a de ser mais um esvaziamento dos princípios constitucionais e esquecendo as promessas eleitorais de Mário Soares «relativas à

indexação das pensões ao nível dos salários e do custo de vida».

**Lisboa, capital do lixo**

Lisboa foi, durante quatro dias, capital do lixo. Os 1400 trabalhadores do serviço de recolha de lixo, dependentes da Câmara Municipal, entraram em greve protestando contra a suspensão desse serviço nas noites de sábado para domingo, iniciativa da administração Abecasis que pretende poupar assim 40 mil contos num orçamento de milhão e meio de contos. Os trabalhadores, que usaram a greve também como apoio a diversas outras reivindicações, afirmaram ainda que tal suspensão de recolha de lixo vai aumentar os riscos para a saúde pública.

A greve foi decidida em plénário que contou com a participação de 70 por cento do pessoal que se encontra em

funções e com ela pretendem também os trabalhadores lutar pela manutenção de três cantoneiros em cada equipa de recolha de lixo; pelo cumprimento da rotatividade entre os serviços de recolha, lavagem e varredura; pela atribuição de um subsídio de insalubridade, penosidade e risco e, ainda, por uma maior pontualidade na distribuição do fardamento e do equipamento de protecção.

Mas se o lixo se acumulou em Lisboa, o risco de se acumular por todo o País é grande. Em sentido figurado, mas não menos verdadeiro. A administração de direita na capital segue apenas as pisadas do Governo que enche de lixo o País. Só uma boa varredora poderá limpar o País de tais governantes. Para essa operação de limpeza contribuem as lutas de todos os trabalhadores. Que não cruzam os braços neste Verão quente.

## A banca privada e a reconstrução do grande capital

Comentando as decisões recentemente tomadas pelo Conselho de Ministros, que autorizou a instalação de três bancos privados (dois dos quais estrangeiros) no nosso país, a SIP divulgou um comunicado no qual afirma que tais decisões ficam a assinalar uma fase adiantada e particularmente perigosa na ofensiva (em curso desde há oito anos) visando a restauração do poder do grande capital e a reconstrução dos mecanismos do capitalismo monopolista justamente liquidados pela Revolução do 25 de Abril.

E prossegue a nota da SIP:

A abertura da banca ao grande capital constitui uma das mais eloquentes demonstrações de uma política que, obcecada pelo objectivo supremo da destruição das conquistas e transformações alcançadas com a revolução democrática, não hesita em atentar deliberadamente contra os interesses da economia e do desenvolvimento nacional.

Com efeito, além de claramente inconstitucional, a abertura da banca ao grande capital não tem qualquer justificação no quadro da consideração objectiva das necessidades e interesses reais da economia nacional. Longe de ser uma qualquer contribuição para a dinamização, estruturação, racionalização ou modernização das actividades económicas nacionais, seria um poderoso factor de reforço das actividades especulativas e parasitárias, de fraudes e manobras lesivas do interesse nacional, de irracionalidade e anarquia no aparelho produtivo. Longe de corresponder a uma experiência que alegadamente faltaria fazer, apenas corresponderia à tentativa de desastro-

sa de fazer reviver a amarga experiência já feita durante décadas antes do 25 de Abril, com as gravíssimas consequências que a História e a memória dos homens registam. Longe de criar novas e mais favoráveis condições de actividade para a grande maioria da iniciativa privada nacional, conduziria, tal como no passado, ao apertar do cerco e à asfixia de pequenas e médias empresas, ao desvio das poupanças depositadas para as empresas dos próprios bancos privados, no quadro da aceleração da concentração capitalista.

Continuando a comentar as decisões tomadas pelo Executivo, a nota da SIP recorda que o PCP já muitas vezes advertiu sobre a falsidade dos argumentos do grande capital, das forças reaccionárias e do próprio Governo a favor da «justificação» da abertura da banca ao grande capital.

Afirmaram vezes sem conta que se tratava de corrigir uma alegada desigualdade entre capitalistas portugueses (impedidos legalmente de exercer a actividade bancária) e capitalistas estrangeiros que operavam em Portugal, embora limitadamente e com reduzida expressão no sector bancário. A verdade, porém, é que, como se está a ver, a abertura da banca traduzir-se-ia sobretudo por uma maior penetração dos bancos estrangeiros em Portugal.

Afirmaram vezes sem conta que a banca privada seria uma forma de mobilizar capitais privados e que se tratava de estabelecer uma leal concorrência com a banca nacionalizada. A verdade, porém, é que o único banco privado português agora autorizado tem a escandalosa particularidade de ter sido constituído,

fundamentalmente, não na base de fundos próprios dos seus accionistas, mas na base de empréstimos sacados à banca nacionalizada e de um empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimentos mas envolvendo a responsabilidade e a garantia do Estado português.

Considerando que a instalação de bancos privados não pode ser considerada nem um facto consumado nem muito menos um acontecimento irreversível, a nota da SIP sublinha que no plano institucional, continua pendente para apreciação pelo Tribunal Constitucional a impugnação apresentada pelo PCP, com fundamento em inconstitucionalidade, da nova Lei dos Sectores aprovada pelo Governo PS/PSD e pela sua maioria parlamentar. No plano da luta dos trabalhadores, continua e continuará seguramente a luta em defesa da banca nacionalizada e contra a instalação de bancos privados. No plano político, o povo português não é obrigado a aceitar, como definitivas e imutáveis, orientações e medidas frontalmente inconstitucionais e profundamente lesivas do interesse nacional. Tais orientações e medidas poderão e deverão, com toda a legitimidade, ser rectificadas e anuladas após a demissão do Governo PS/PSD e com a concretização de uma alternativa democrática.

O PCP reafirma o compromisso enunciado no seu X Congresso de defender que, se se vierem a instalar bancos privados, graças aos favores do Governo PS/PSD e à sua política de violação de legalidade constitucional, tais bancos deverão ser nacionalizados, sem direito a quaisquer indemnizações.

## «Empresas inviáveis» Um estudo governamental para desencadear falências

Em nota divulgada na passada semana, a Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português acusa a Secretaria de Estado do Trabalho de haver elaborado um chamado estudo e a listagem sobre empresas «eventualmente inviáveis» sem quaisquer critérios. E, apreciando aquele «estudo», concluiu que em vez de apontar como é propagandeado, medidas e soluções para salvar as empresas em causa, constitui, pelo contrário, um mal disfarçado instrumento de desestabilização da

vida económica e financeira dessas mesmas empresas.

A nota da SIP afirma ainda:

Na verdade, ao publicar tal listagem, é óbvio que o Governo está a contribuir para a criação de um ambiente de descrédito e desconfiança, (de que por exemplo, já se fez eco, o «Financial Times») nas actividades e na própria viabilidade dessas empresas, abrindo caminho, em linha recta, ao desencadear de uma nova e gravíssima onda de falências, que a

desastrosa política do Governo PS/PSD tem fomentado irresponsavelmente, conduzindo ao colapso largos sectores da economia.

Como o PCP tem insistentemente demonstrado e denunciado, o gravíssimo escândalo social que constitui a existência de muitas dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, é a consequência, por um lado, da desastrosa política económica e financeira do Governo PS/PSD e, por outro lado, da sua

cumplicidade com largos sectores do patronato reaccionário que utilizam o não pagamento de salários como uma escandalosa fonte de lucros suplementares.

Por fim, sublinha a SIP do PCP:

A única solução para este problema impõe um novo Governo democrático, que não só realize uma nova política económica como também ponha termo à acção deliberada e criminosa de não pagamento de salários, realizada por sectores do patronato reaccionário.

## Governo pretende que a Associação dos Municípios seja porta-voz da sua política

A propósito da recente digressão pelos Estados Unidos do dirigente do CDS e secretário-geral do Instituto Fontes Pereira de Melo, no regresso da qual o mesmo dirigente anunciou que, durante as conversações que estabeleceu com a Associação Nacional das Cidades Norte-americanas, «ficou decidido incrementar o intercâmbio bilateral» com a chamada Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a SIP do PCP publicou uma nota, datada da passada segunda-feira, onde pode ler-se:

Não sendo aquele dirigente do CDS membro dos órgãos directivos da ANMP, este anúncio poderia parecer abusivo ou tratar-se de um mero deslize. A verdade, porém, é que esta declaração reflecte inteiramente as relações de crescente subordinação, cega e servil, da ANMP ao Governo e ao PPD, PS e CDS.

A situação existente na ANMP, viabilizada pela marginalização dos eleitos do PCP e da APU do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal, apesar de ter obtido quase 30% dos votos expressos no Congresso

Constitutivo, caracteriza-se na verdade pela tentativa de marginalizar completamente o Conselho Geral, único órgão representativo da ANMP, pelo silenciamento sistemático das posições que este adopta em defesa do poder local, pela cumplicidade como Governo na sua política de asfixia financeira das autarquias e da imposição de pesados encargos, de limitação da democraticidade e pluralismo da composição dos órgãos autárquicos, de sujeição completa do Poder Local aos ditames e ao arbítrio do Governo.

A falta de democraticidade interna da ANMP, o truluculo sectarismo dos seus principais dirigentes, com destaque para o Presidente do Conselho Directivo, o seu total seguidismo em relação ao Governo PS/PSD, o inteiro enfeudamento à política e objectivos reaccionários do PPD, PS e CDS, conduziu já a que apenas uma pequena parte dos municípios portugueses tivesse aderido à ANMP.

Este facto reforça a afirmação de que essa organização não tem qualquer legitimidade para falar em nome dos municípios portugueses. (Em qualquer caso, aliás, só teria legitimidade nas questões em que se verifica consenso entre os municípios). É assim abusivo que a RTP e outros órgãos de comunicação social façam da ANMP, e em particular do Presidente do seu Conselho Directivo, um pretenso «porta-voz» dos

municípios portugueses.

É particularmente ilegítimo que o Governo PS/PSD arvore a chamada ANMP em seu interlocutor para as questões do poder local. Ao proceder dessa forma, o Governo confirma que não pretende qualquer verdadeiro diálogo ou consulta às autarquias sobre os problemas que a estas dizem respeito, mas apenas tentar fazer passar por consulta às autarquias as negociações de gabinete com um pequeníssimo grupo de eleitos autárquicos que aceita trair o poder local para melhor servir a ofensiva anti-autárquica do Governo e a política reaccionária dos seus partidos.

É claro que, na vã tentativa de dar um pouco de credibilidade à ANMP, o seu Conselho Directivo vê-se obrigado a aparentar fazer críticas esporádicas ao Governo PS/PSD; mas este facto não só não altera o seguidismo e o enfeudamento da ANMP como se

destina a, exclusivamente, viabilizar a transformação dessa organização num instrumento da ofensiva anti-autárquica em curso.

Os eleitos do PCP que são membros do Conselho Geral da ANMP, único órgão de que não foram afastados, continuarão de momento a participar nos seus trabalhos até estarem esgotadas as possibilidades de luta por uma profunda alteração na composição dos órgãos, método de funcionamento e objectivos da ANMP e pela sua transformação num instrumento de defesa do poder local, de consenso, cooperação e troca de experiências entre os eleitos e não um mero instrumento de defesa da desacreditada política do PS/PSD, invocando uma falsa representação dos municípios portugueses.

Trabalhadores

# CGTP reclama a «falência» do Governo!

Em documento recentemente publicado, a CGTP/Intersindical acusa o Governo de procurar criar na opinião pública a ideia de que há uma longa lista de empresas inviáveis e que o seu encerramento é necessário. Refere-se o documento da Inter à lista de 64 empresas, recentemente vindo a lume, 25 das quais já foram na verdade encerradas, conforme o Governo reconhece, tendo sido lançados no desemprego mais de 1300 trabalhadores.

Para as restantes, diz a Inter, o caminho apontado é também a falência, o despedimento de trabalhadores, o aumento do desemprego.

E o documento sublinha: Só por ignorância, completa irresponsabilidade e má-fé se consideram inviáveis empresas fundamentais em sectores chave da economia portuguesa, imprescindíveis para o desenvolvimento económico e social e para a redução da dependência externa.

O ministério do Trabalho considera que a falência deve ser declarada quanto antes para que se proceda o mais rapidamente possível à criação de novas empresas, melhor dimensionadas. O objetivo é, assim, claro: libertar (perdoar) os patrões das dívidas (à Banca, à Previdência, aos trabalhadores, aos fornecedores) e devolvê-las limpas... de trabalhadores. Com este sistema os Mellos recuperariam assim a Lisnave e a CIFA, vendo desta forma recompensada a sua política de endividamento a curto prazo progressivo e sistemático junto do sector público, principalmente.

A CGTP, comentando o facto de o Ministério do Trabalho não indicar as causas da deterioração económica e financeira de algumas daquelas empresas, acusa o mesmo de procurar lançar a confusão atirando com as culpas para as acções desenvolvidas pelos trabalhadores em 1975. É natural que assim proceda, afirma o documento da Inter. E alinha as «explicações» que o Governo teria de dar se não procurasse tal manobra de diversão: O executivo PS/PSD teria de explicar: — Que a principal causa da deterioração no período mais recente decorre da política económica do Governo, se é que não deve dizer-se, da política económica ditada pelo FMI; — que algumas destas empresas foram intervencionadas e recuperadas pelos trabalhadores para depois serem entregues ao patronato que as voltou a arruinar; — que, em muitas destas empresas, não foram empreendidas quaisquer medidas de viabilização económica, nos últimos anos, apesar de reconhecidas pelo governo, administrações e trabalhadores estivessem ou não contidas nos chamados contratos de viabilização;

— que a degradação de algumas das empresas incluídas na listagem, faz parte integrante de um processo de reconstituição do poder económico e político dos que dominaram a economia antes do 25 de Abril, em particular os Mellos (veja-se a situação da Lisnave, Parry e Son, CIFA); — as razões reais da situação de uma empresa como a MDF. Mas, não o faz, porque na lógica da intervenção deste Governo, há que culpar o 25 de Abril. Finalmente, afirma o documento da CGTP:

O MT reconhece, ao menos, que algumas destas empresas foram concedidos subsídios pelo Governo actual através do Fundo de Desemprego, com dinheiros provenientes de descontos sobre os salários dos trabalhadores para manutenção de postos de trabalho, isto é, para, de acordo com a legis-

lação em vigor, manter o emprego e a qualidade dos mesmos em cada uma das empresas subsidiadas.

Um documento desta natureza, a avaliar pelas notícias vindas a público, não prova a inviabilidade de nenhuma das empresas indicadas. Prova a necessidade de rapidamente ser declarada a falência do Governo, sem aproveitamento da massa falida.

«Contribuir por todos os meios ao seu alcance para que as próximas eleições se realizem no mais rigoroso respeito pela legalidade» — este o objectivo da Direcção da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores, ao colocar publicamente algumas questões ao Ministro da República e ao Governo Regional, a propósito das eleições regionais que se aproximam. Com efeito, numa recente reunião extraordinária, realizada em Ponta Delgada, a Comissão Executiva da DORAA, analisando «importantes problemas relacionados com o processo eleitoral regional em curso decidiu levantar publicamente» um conjunto de questões de inequívoco significado para o completo esclarecimento da opinião pública, que estão assim resumidas numa nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social:

PCP

## Açores: aproximam-se as eleições

# PCP levanta questões de inequívoco significado para o completo esclarecimento da opinião pública

«Contribuir por todos os meios ao seu alcance para que as próximas eleições se realizem no mais rigoroso respeito pela legalidade» — este o objectivo da Direcção da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores, ao colocar publicamente algumas questões ao Ministro da República e ao Governo Regional, a propósito das eleições regionais que se aproximam. Com efeito, numa recente reunião extraordinária, realizada em Ponta Delgada, a Comissão Executiva da DORAA, analisando «importantes problemas relacionados com o processo eleitoral regional em curso decidiu levantar publicamente» um conjunto de questões de inequívoco significado para o completo esclarecimento da opinião pública, que estão assim resumidas numa nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social:

de Eleições, a única ex democrática que tem o feito é que esse órgão as suas funções e que jam atribuídas pela Assembleia da República verbas necessárias para efeito.

### Mais uma ilegalidade

A Comissão Executiva DORAA do PCP entende que as próximas eleições regionais de grande importância que irão certamente contribuir para a democracia do funcionamento do autónimo. A Comissão Executiva DORAA entende também o mesmo Governo Regional, através da nota de sua presidência, pretender a realização de uma legalidade e uso do direito do governo — são de notas oficiais — divulgar posições e opinar partidarista e eleitoral. A Comissão Executiva DORAA lamenta que o Regional não use dos meios processuais para outros assuntos muito relacionados com o processo eleitoral.

### Governo quer limitar direito à greve

«Ao analisar o «pacote laboral» em preparação pelo Governo, a CGTP-IN concluiu que o primeiro objectivo do anteprojecto da regulamentação da Lei da Greve é o de «limitar o direito à greve e a eficácia prática do seu exercício».

Tirando esta conclusão, a central sindical considera inaceitável a proposta governamental, uma vez que facilita a repressão patronal, penal e civil, sobre os membros dos piquetes, e proíbe as acções de solidariedade entre os trabalhadores o que, sublinha, «é contrário à característica essencial do direito à greve: a temporária contestação do poder patronal».

Paralelamente a todos os ataques contra o direito à greve, o anteprojecto governamental mostra-se brando em relação ao lock-out, o que, segundo a central sindical «é sem dúvida bem sintomático».

A CGTP finaliza com um alerta: «quanto mais limitações existirem quanto aos motivos, meios e formas de fazer a greve, menores possibilidades existirão de garantir a igualdade substancial relativamente aos empregadores».

### «Lock-out» em Santa Clara

A administração da Fábrica de Santa Clara impediu os trabalhadores que regressavam de férias de pegar ao trabalho. Antes de partirem para férias, os trabalhadores receberam a garantia de que a fábrica continuaria em laboração.

Os trabalhadores, que não recebem desde Outubro de 1983, vêm-se assim impedidos de continuar a laboração. No entanto, não desarmam e afirmam-se dispostos a continuar a luta.

Quando depararam com a situação contactaram de imediato a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul que, por sua vez, deparou com o silêncio da administração da empresa.

Os trabalhadores nem sequer tiveram acesso aos objectos pessoais que mantêm dentro das instalações da Fábrica de Santa Clara.

### Proibição de despedimentos sem justa causa em perigo

Ainda no que concerne ao «pacote laboral» do Governo PS/PSD, a CGTP-IN afirma que o anteprojecto de lei referente à «cessação de contrato de trabalho» poderá conduzir à quase neutralização da proibição constitucional de despedimento sem justa causa, com o consequente «alargamento da liberdade de despedimento individual».

Para a central sindical, «o alargamento do conceito de justa causa operado pelo anteprojecto deve considerar-se inconstitucional por traduzir um arbitrio legislativo proibido, porque conduz à frustração da proibição do despedimento sem justa causa».

«Ao concluir a sua posição sobre o anteprojecto, a CGTP-IN reafirma que a aplicação deste anteprojecto implicaria «uma radical alteração das relações de poder na empresa, frustrando qualquer possibilidade de democratização das mesmas» e que significaria ainda «a restauração do poder patronal absoluto a que o 25 de Abril e a Constituição puseram termo».

### Os números ministeriais desmentem a prática do Governo

O Ministério do Trabalho publicou recentemente as conclusões de um inquérito sobre o recrutamento de novos profissionais e as necessidades de formação profissional.

Assim, quando se assiste a inúmeras tentativas de lock-out, de despedimento colectivo e de encerramento de empresas, chega o inquérito que contraria a prática governativa.

Os resultados do inquérito foram os seguintes: As indústrias transformadoras são aquelas onde é mais sentida a necessidade de novos recrutamentos e de formação profissional. Logo a seguir vem a construção civil e obras públicas, a reconversão e o comércio, os restaurantes e os hotéis.

### Mulheres discriminadas

O Ministério é o mesmo, o inquérito é que é outro. O resultado é na mesma significativo.

Segundo um inquérito relativo aos níveis de qualificação dado a conhecer pelo Ministério do Trabalho, os homens auferem mais 29,5 por cento do que as mulheres. Ou seja, a remuneração-base dos homens é de 26101 escudos, e a das mulheres é de 20149 escudos.

Ainda comparando os trabalhadores masculinos e femininos, dos primeiros, 40,4 por cento estão qualificados para a profissão que exercem, enquanto que só 30,1 por cento das mulheres têm a qualificação necessária para o seu trabalho. No total, apenas 37,5 por cento dos trabalhadores têm a qualificação profissional necessária.

# Trabalhadores da banca e seguros contra o «plano de recuperação»

Os trabalhadores comunistas bancários e do sector dos seguros tornaram pública, através dos seus organismos de direcção, a sua posição em relação ao chamado «Plano de Recuperação Económica e Financeira» engendrado por este Governo.

No documento posto a circular, estes trabalhadores alertam a opinião pública para o perigo que representa este «plano de recuperação», uma vez que mais não é do que um plano de recuperação «de privilégios e poderes que o 25 de Abril extinguiu».

De facto, neste seu macabro plano, o Governo pretende ceder a maioria do capital que possui nas empresas seguradoras a accionistas privados, e pôr a funcionar, «com a máxima urgência», o maior número possível de bancos privados.

Segundo os trabalhadores comunistas, este plano de «recuperação» põe em perigo uma das maiores conquistas de Abril: as Nacionalizações. Com efeito, por um lado pretende-se reprivatizar as companhias seguradoras, e por outro pretende-se inviabilizar a banca nacionalizada, matando-se assim dois coelhos de uma só cajada.

Os camaradas dos seguros afirmam nomeadamente que «fica-se assim a conhecer os meios a que o Governo PS/PSD é capaz de correr para pôr em prática a sua política antinacional — a forma ardisosa encontrada para facilitar a concretização da chamada abertura do sector à iniciativa privada, isto é, para cercar e inviabilizar o Sector Nacionalizado dos Seguros e entregar a baixo preço ao grande capital o domínio progressivo de um dos sectores fundamentais da economia».

Os mesmos objectivos da política governamental são apontados pelos camaradas bancários quando sublinham que, «como se vê, não há qualquer exagero em afirmar que o Governo persegue — também no nosso sector — objectivos antinacionais e anti-constitucionais que, a não serem rapidamente anulados, aumentarão ainda mais os problemas, as dificuldades e as carências com que o País e todos nós nos debatemos já».

Para estes trabalhadores, a opinião é unânime: ao mesmo tempo que tanto a banca como o sector dos seguros bem geridos têm pé para andar por si e são fontes de lucro para o Estado, o Governo aposta na sua destruição enquanto sectores nacionalizados, o que, para os trabalhadores, é altamente prejudicial, tanto para o povo português, como para o próprio estado.

Em vista disto, a conclusão surge facilmente: «é cada vez mais urgente um novo governo e uma nova política», daí que, tanto os comunistas bancários como do sector dos seguros, apelm a todos os seus camaradas de profissão para que denunciem a gravidade do caso e para que reúnam esforços e lutem pela defesa das nacionalizações, uma vez que só «com a congregação de esforços e luta, as Companhias Nacionalizadas e os postos de trabalho de todos os trabalhadores serão defendidos e assegurados».

«Nas comissões de trabalhadores, na estrutura sindical, em cada local de trabalho, é indispensável aumentar o esforço e alargar o diálogo e a unidade entre todos os trabalhadores».

«É no trabalho, na acção e na luta que se forjam as vitórias dos trabalhadores», concluem.

dos têm pé para andar por si e são fontes de lucro para o Estado, o Governo aposta na sua destruição enquanto sectores nacionalizados, o que, para os trabalhadores, é altamente prejudicial, tanto para o povo português, como para o próprio estado.

Em vista disto, a conclusão surge facilmente: «é cada vez mais urgente um novo governo e uma nova política», daí que, tanto os comunistas bancários como do sector dos seguros, apelm a todos os seus camaradas de profissão para que denunciem a gravidade do caso e para que reúnam esforços e lutem pela defesa das nacionalizações, uma vez que só «com a congregação de esforços e luta, as Companhias Nacionalizadas e os postos de trabalho de todos os trabalhadores serão defendidos e assegurados».

«Nas comissões de trabalhadores, na estrutura sindical, em cada local de trabalho, é indispensável aumentar o esforço e alargar o diálogo e a unidade entre todos os trabalhadores».

«É no trabalho, na acção e na luta que se forjam as vitórias dos trabalhadores», concluem.

### Poder local

#### Maioria PS/PSD de Cascais «fecha» Câmara para férias

A maioria dos vereadores PS/PSD responsáveis pela quase totalidade dos pelouros da Câmara Municipal de Cascais resolveram entrar simultaneamente de férias sem indicação de qualquer substituto, pelo que se chegou à inconcebível situação de quase paralisia deste importante município. A denúncia foi feita no princípio desta semana pela APU, em comunicado distribuído pelos seus eleitos naquele executivo municipal.

Não ponde em causa o facto de o PSD, com quatro eleitos incluindo o presidente, ter neste momento três vereadores de férias, situação que se alarga a um vereador do PS enquanto a outra eleita deste partido se encontra com parte de doente, e sim criticando o facto de abandonarem as suas responsabilidades sem se fazerem substituir provisoriamente (como a lei prevê), o comunicado revela ainda que a presidente da Câmara pretendeu tapar o «buraco» distribuindo à APU, por 15 dias, alguns pelouros do PSD, o que não foi aceite. «De facto — consideram os eleitos da APU — se é reconhecida competência a estes vereadores para gerir o município durante 15 dias, porque se lhes tem negado a oportunidade de o fazerem desde que tomaram posse?».

E o comunicado conclui, após recordar o processo de marginalização de que foi vítima a APU por parte da aliança PS/PSD nesta Câmara: «Independentemente desta situação conjuntural, a APU mantém-se disponível, hoje como no primeiro dia, para, com honestidade, trabalho e competência, assumir as responsabilidades na gestão da autarquia, desde que essa gestão seja diária e permanente e não apenas para «tapar buracos» abertos pela maioria PS/PSD».

#### Abertura de delegações em Alverca do Ribatejo

Estão em funcionamento desde o passado dia 3 as delegações em Alverca da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, que se destina fundamentalmente à população residente nas Freguesias de Alverca, Calhandriz, Póvoa de Santa Iria e Vialonga.

Com a abertura desta delegação em Alverca ficam facilitadas a aproximação dos serviços à população e as (des)propositadas deslocações dos munícipes destas zonas para resolverem alguns dos seus problemas, podendo optar, a partir de agora, a tratar dos seus assuntos com a Câmara ou com os Serviços Municipalizados nos balcões de Vila Franca de Xira ou de Alverca. É de assinalar que este foi mais um dos objectivos do programa da Câmara para o triénio 1982/85 a ser cumprido.

#### «Pirataria» nas Flores

Um comunicado da APU do Concelho de Santa Cruz das Flores, (Açores) refere que no passado dia 29 de Agosto a traineira «Pérola da Manhã» assaltou o ilhéu de Álvaro Rodrigues, que é propriedade privada e se situa junto à costa da ilha das Flores, tendo roubado os caprinos que lá encontrara e que conseguiu capturar.

Alertada a autoridade marítima, esta mostrou total desprezo em salvaguardar os interesses dos proprietários do gado caprino roubado e mostrou ainda total desconhecimento pela situação patrimonial daquele ilhéu.

Finalmente a comissão APU do concelho de Santa Cruz das Flores «entende ser necessário que a autoridade marítima dê andamento à queixa legitimamente apresentada pelos proprietários lesados e entende também que as autoridades competentes devem tomar as medidas adequadas para que situações destas não se repitam».

#### Reconversão da Lagoa de Albufeira

Em declarações à Anop o presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Ezequiel Lino, afirmou recentemente que o secretário de Estado do Ambiente lhe garantiu que o programa de reconversão da Lagoa de Albufeira se iniciará este ano, garantindo-lhe que o contrato para a recuperação da Lagoa «será brevemente assinado».

Ezequiel Lino aproveitaria ainda a oportunidade para recordar que «a Lagoa de Albufeira sofre um processo de degradação que se arrasta há 10 anos sem que a Câmara possa fazer alguma coisa, por manifesta incapacidade financeira».

#### Festas Populares em Laveiras — Caxias

Entre 14 e 23 de Setembro próximo realizam-se as seculares e habitualmente concorridas «Festas de Laveiras — Caxias» em honra de Nossa Senhora das Dores, padroeira destas localidades. Do programa — que a comissão procurou diversificar o mais possível — há a destacar um torneio de futebol de salão, provas de atletismo e, pela primeira vez em Laveiras, uma prova de pericia automóvel. Completam os festejos diversas alvoradas, exhibições de ranchos folclóricos, cerimónias religiosas, actuações de bandas, cinema, bailes, etc.

#### ALPIAGRA/84

Entre 15 e 23 de Setembro próximo decorrerá em Alpiagra, iniciativa da sua Câmara Municipal, a II Feira Agrícola e Comercial «ALPIAGRA/84», uma realização que certamente despertará o interesse não apenas dos naturais desta vila ribatejana. Do vasto programa convirá recordar as múltiplas exhibições de ranchos folclóricos e bandas, as garraiadas, as provas desportivas (atletismo com um Grande Prémio, chinquinho, damas, provas de pericia automóvel, concurso de pesca desportiva, gincaena de tractores agrícolas), espectáculos, teatro, cinema, fogo de artifício. Não esquecer também as homenagens e concursos específicos, nomeadamente os concursos graduados como «Dia da Agro-Pecuária», «Dia do Seareiro», «Dia do Expositor» e «Dia do Agricultor».

Fragmentos de outros artigos e notícias visíveis na margem direita da página, incluindo títulos como 'Mais uma ilegalidade', 'Vitória da APU em S. Miguel', 'Poder local', 'Reconversão da Lagoa de Albufeira', 'Festas Populares em Laveiras — Caxias', 'ALPIAGRA/84', and '3ª Seixaliada Jogos Concelhos do Seixal'.

...es regionais

# Eleições Funchal Esclarecimento da



...ca exige  
...ção que  
...que lhe  
...a presid  
...a Repúbl  
...s para es

...alidade

...xecutiva  
...entende  
...eleições  
...importa  
...amente  
...mocracia

...xecutiva  
...também  
...também  
...a en  
...os — a  
...opiniõ  
...leitorat  
...xecutiva  
...ue o Gr  
...se dos r  
...ra escl  
...muito ob  
...om o pro

...Realiza-se no próximo dia 15 de Setembro, em Ponta Delgada, um Encontro Regional de Candidatos e Apoiantes da Aliança Povo Unido (APU), no qual será discutido e aprovado o Programa Eleitoral Regional da APU. A comissão organizadora informa ainda que se realizará nessa data e após os trabalhos do encontro um jantar-convívio aberto à participação de candidatos, apoiantes, activistas da APU e outros democratas.

...ximo dia 11 de Setembro, em local a anunciar, um encontro de ilha no qual será aprovado o respectivo programa da candidatura APU.

...A comissão eleitoral da APU da Ilha de S. Miguel reúne amanhã, dia 7 de Setembro, na sede dos serviços da candidatura, em Ponta Delgada, com a finalidade de aprovar o programa da candidatura.

...Encontra-se a circular na Ilha de S. Miguel um manifesto de apoio à candidatura APU. Democratas das mais diversas tendências declararam ao seu apoio aos objectivos eleitorais da APU, nomeadamente à grande importância política que terá a eleição de deputados «Povo Unido».

...Os serviços da campanha eleitoral das candidaturas APU asseguraram já a participação na próxima campanha eleitoral de artistas consagrados como Carlos do Carmo e Fernando Tordo. Outros artistas do continente e da região vão também dar a sua colaboração à campanha da APU.



## Ultrapassados

os  
7 mil contos



# Que todos os militantes sejam activistas da campanha!

A campanha para a compra do Centro Vitória passou já os 7 mil contos! De facto, no passado dia 31 de Agosto a conta da campanha atingia já os 7 168 684\$00 (quantia entretanto ultrapassada), ou seja o total dos valores depositados pelas organizações concelhias e sectores da ORL. Sobre o andamento da iniciativa, escolhemos para esta semana dois temas de especial relevo no conjunto das acções em curso: as horas extraordinárias para a campanha e a campanha na Festa do «Avante!».

### Horas extraordinárias para a campanha

Sucedem-se experiências interessantes que revelam a imaginação, o empenho e o entusiasmo dos militantes e das organizações nas múltiplas tarefas possíveis para a obtenção de contribuições.

Alguns exemplos: numa Câmara Municipal de maioria APU foi o produto das horas extraordinárias de trabalho; no Sector Público, camaradas contactados para contribuírem discutiram eles próprios em reunião a iniciativa de avançarem para novos contactos; nas abordagens que decorrem um pouco por todo o lado registam-se vários casos de contribuições na ordem das centenas de contos.

### A campanha na Festa

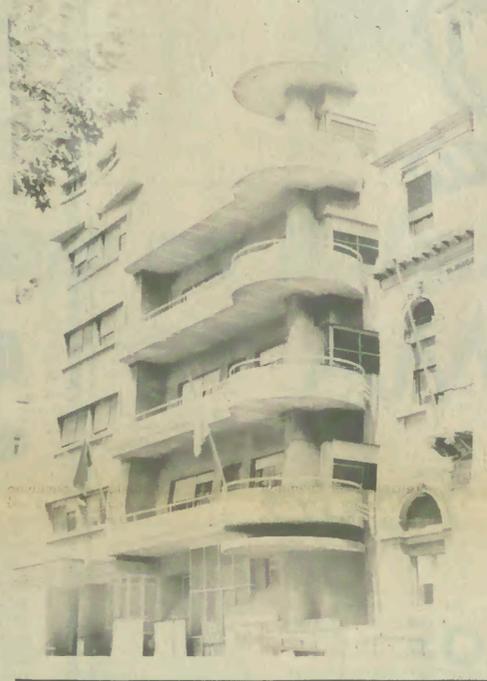
Como já anunciámos em anterior edição, a rifa da campanha será posta à venda na Festa do «Avante!». O primeiro prémio, um Citroën 2 cavalos, estará exposto no Alto da Ajuda.

Na torre da Organização Regional de Lisboa o visitante da Festa encontrará, junto à exposição de artesanato, uma banca para venda de peças em porcelana com uma estampa do Centro. Ao lado, encontrará um gigante «sai-sempre» com nada menos que 200 mil prémios.

Saliente-se ainda que todos os concelho e sectores têm iniciativas próprias, dedicadas à campanha, nos seus «stands». O Comité Local e o Sector de Transportes vão recolher fundos com reproduções do Vitória, o S. Público apresenta uma

«foto-demagogia», o S. Intelectual e a F. Pública têm a «feira da ladra», o S. Informação avança com um leilão de um quadro de Noronha da Costa, os concelhos do Norte apresentam uma grande variedade de artesanato, Cascais têm um «sai-sempre», Olivais e Carnaxide põem em funcionamento uma cafeteria e quermesse, os bancários e os seguros promovem um espectáculo de fantoches, o S. Sindical realiza um leilão com várias peças. Atenção também às iniciativas de Loures, Sintra e do Sector da Saúde.

Uma coisa é certa: a Festa do «Avante!» vai assinalar um grande arranque para a fase seguinte da campanha. Uma campanha não apenas de alguns mas de todos os militantes da Organização Regional de Lisboa.



## O que as organizações e sectores já conseguiram

O valor total depositado na conta da campanha para o Centro Vitória atingiu no passado dia 31 de Agosto — hoje já ultrapassado — era de 7 168 684\$00, cabendo às organizações e sectores

Local de Lisboa — 3803,2; Amadora — 70,3; Cascais — 97,5; Oeiras — 24,3; Carnaxide — 0; Sintra — 41; Queluz — 90; Loures ocidental — 209,4; Loures oriental — 90,4; Vila Franca de Xira — 100; Alenquer — 26; Arruda — 20; Azambuja — 0; Cadaval — 0; Lourinhã — 0; Mafral — 35; Sobral — 25; Torres Vedras — 27,5; Bancários — 212,7; Seguros — 20,5; S. Público — 217,5; S. Transportes — 441,8; F. Pública — 234,8; S. Intelectual — 114,1; S. Informação — 72; S. Saúde — 424,3; Vitória — 50; SIP/DORL — 2,5; DORL — 420; Diversos — 194. Total: 7168 contos.

da ORL as seguintes parcelas (valores em milhares de escudos): Comité

## Porto, zona de S. Vitor

# A situação da Cifa em foco na intervenção política da VI Festa da Unidade

Decorreu no passado fim-de-semana, na escola da Praça de Alegria, no Porto, a VI Festa da Unidade.

Esta iniciativa, que se realiza há seis anos consecutivos, é da responsabilidade da Comissão de Zona de S. Vitor e da Comissão de Freguesia do Bonfim e tem correspondido, ao longo das suas edições, a um belo momento de convívio, de festa e de esclarecimento dos militantes, dos simpatizantes e amigos do Partido e de muitos moradores da populosa zona de S. Vitor, bem conhecida pelas suas tradições democráticas.

No local onde decorreu a festa, que se encontrava devidamente engalanado e decorado, funcionou uma exposição

### O escândalo

De realçar na intervenção de Edgar Correia os aspectos relativos à situação na Cifa:

Num relatório oficial divulgado há poucos dias é declarada a inviabilidade económica, entre outras empresas, da Cifa. Trata-se, no caso da Cifa, e como tudo leva a crer, do recurso à falência como processo para perdoar aos Mellos mais de dois milhões de contos de dívidas (à Banca nacionalizada, à Segurança Social e aos trabalhadores) e para fazer perder os postos de trabalho a cerca de 1600 trabalhadores. O «método geral», que o próprio relatório oficial (sem qualquer pon-

ta de vergonha) defende, consiste no recurso à falência para que rapidamente se aproveite ao máximo a massa falida para dar origem a uma nova empresa, com «melhor dimensionamento», ou seja e para falar claro, com menos trabalhadores.

O escândalo da Cifa, do conluio com os Mellos de sucessivos governos de direita desde 1977, da pura e simples espoliação do sector público para encher os bolsos dos grandes capitalistas e restabelecer o seu domínio da economia, prossegue.

No caso da Cifa é significativo que tenha sido Mário Soares, em 1977, no 1.º governo constitucional, quem desinterveio a empresa com o pretexto (entre outros) de «salvaguarda de todos (sic) os postos de trabalho» (da resolução do Conselho de Ministros n.º 261/77). Dois anos depois, através de uma negociata escandalosa envolvendo o Governo e a Banca nacionalizada, os Mellos passaram a controlar a empresa, iniciando assim uma vasta operação que utilizou a própria degradação da situação da empresa para obter vultuosos benefícios e apoios financeiros por parte da Banca e do Governo (o que conseguiram inteiramente) e para impor o despedimento de cerca de mil trabalhadores (o que apesar da repressão e de 20 meses de salários em atraso, perante a luta dos trabalhadores, nunca conseguiram).

Os trabalhadores da Cifa e o movimento unitário têm repetidas vezes demonstrado e fun-

damentado a viabilidade da empresa (que não tem qualquer problema de escoamento da sua produção de fibras e de película de celulose), propuseram participar na sua gestão (em conjunto com a Banca nacionalizada, que é credora), chegaram mesmo a apontar a intervenção do Estado como saída para a situação.

### Perdoar aos Mellos...

É neste contexto que a declaração oficial de inviabilidade da Cifa, apontada para a falência da empresa, surge com as características de uma operação destinada a fraudar os trabalhadores, a Banca e a Segurança Social, e a perdoar aos Mellos uma dívida de milhões de contos e, quem sabe, «devolver-lhes» a empresa com «melhor dimensionamento», ou seja, com menos o miar de trabalhadores que durante anos tentaram sem sucesso despedir.

E o facto de os Mellos terem já elaborado planos para a criação de duas novas empresas (a Novacifa e a Servicifa), aproveitando terrenos, instalações e equipamento da Cifa, mostra que para o grande capital nada parece impossível com o actual Governo.

A noite de sábado terminou com um espectáculo de Samuel Domingo, a manhã foi para as crianças e a tarde para os apreciadores de ranchos folclóricos e para os que gostam de dançar, já que o grupo «Diapásio» lá esteve com a sua música de baile.



## Intensa actividade

Realiza-se no próximo dia 15 de Setembro, em Ponta Delgada, um Encontro Regional de Candidatos e Apoiantes da Aliança Povo Unido (APU), no qual será discutido e aprovado o Programa Eleitoral Regional da APU. A comissão organizadora informa ainda que se realizará nessa data e após os trabalhos do encontro um jantar-convívio aberto à participação de candidatos, apoiantes, activistas da APU e outros democratas.

ximo dia 11 de Setembro, em local a anunciar, um encontro de ilha no qual será aprovado o respectivo programa da candidatura APU.

A comissão eleitoral da APU da Ilha de S. Miguel reúne amanhã, dia 7 de Setembro, na sede dos serviços da candidatura, em Ponta Delgada, com a finalidade de aprovar o programa da candidatura.

Encontra-se a circular na Ilha de S. Miguel um manifesto de apoio à candidatura APU. Democratas das mais diversas tendências declararam ao seu apoio aos objectivos eleitorais da APU, nomeadamente à grande importância política que terá a eleição de deputados «Povo Unido».

Os serviços da campanha eleitoral das candidaturas APU asseguraram já a participação na próxima campanha eleitoral de artistas consagrados como Carlos do Carmo e Fernando Tordo. Outros artistas do continente e da região vão também dar a sua colaboração à campanha da APU.

## Madeira



## APU nos onze círculos

### Camaradas falecidos

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA CONDE**

Faleceu na semana passada o camarada José António da Silva Conde, com 39 anos de idade, arquitecto na Câmara do Funchal. No ano passado e este ano a ele se ficou a dever grande parte do projecto de implantação e de decoração da obra da Organização Regional de Setúbal na Festa do «Avante!». Através do nosso jornal, o grande colectivo de camaradas da ORL, que tem acompanhado o desenvolvimento do traba-

lho da Festa, apresenta as suas condolências à família do camarada falecido. Entretanto, o seu projecto está de pé!

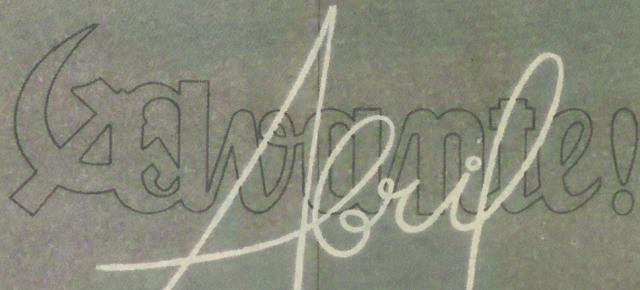
**RAUL DE CARVALHO**

Vítima de pneumonia faleceu no Porto, na véspera de completar 64 anos, o poeta Raul de Carvalho, personalidade antifascista e militante do PCP. Autor de importante obra poética, entre a qual se destacam os títulos «As Sombras e as Vozes», «Poesia 1949-65»,

«Talvez Infância», «Tudo é Visão» e «Poemas Inactuais», o camarada era natural do Alvão e teve destacado papel no aparecimento da «Árvore». Recorde-se que recentemente, com outros intelectuais democratas, foi um dos dinamizadores do abaixo-assinado contra a Lei de Segurança Interna.

Às famílias entuladas, o colectivo do «Avante!» apresenta as suas condolências.

**PROGRAMA PROGRAMAMA**



**FESTA DO AVANTE**



**PROGRAMAMA**

*Tudo sobre a Festa*

Programa dos palcos  
Planta da Festa  
Como ir à Festa  
Mapa dos acessos  
Informações úteis  
Os pavilhões  
das organizações  
e ainda  
17 páginas  
de fotografias históricas  
sobre o 25 de Abril  
de 1974

**À VENDA**

**Internacional**

**36.º Aniversário da Coreia**

A República Popular Democrática da Coreia comemora no próximo domingo, dia 9, o 36.º aniversário da sua fundação, pelo que a efeméride constitui um evento de grande significado tanto para o povo coreano como para todos os povos e países progressistas.

Foi com a fundação da República, em 1948, que o povo coreano ocupou o seu devido lugar na História, empreendendo a construção de um Estado soberano e independente, de uma nova sociedade empenhada na paz e no bem-estar social.

Sob a direcção do Partido do Trabalho da Coreia, a RPDC caminhou decididamente na construção da sociedade socialista tendo o povo coreano realizado, no curto espaço de 14 anos, a completa industrialização do país e desenvolvido uma poderosa economia independente capaz de responder às necessidades nacionais.

Entre 1970 e 1980 o ritmo de crescimento da produção industrial foi em média de 16,1 por cento ao ano. Em 1982, o valor global da produção industrial aumentou 16,8 por cento em relação ao ano anterior. A produção cerealífera passou de 2,16 milhões de toneladas antes da libertação



Um país e um povo decididamente empenhados na construção do futuro

para 9,5 milhões de toneladas.

Os êxitos alcançados nos domínios da educação, da ciência e da arte são igualmente notáveis. A escolaridade obrigatória é gratuita e tem a duração de onze anos.

Seguindo os princípios da independência, da reunificação pacífica e da unidade nacional, a República Popular Democrática da Coreia encontra-se empe-

nhada na reunificação do país, tendo recentemente proposto conversações tripartidas entre a RPDC, os Estados Unidos e as autoridades sul-coreanas.

A década de 80 constitui um importante desafio para todo o povo coreano, que se propõe efectuar um verdadeiro salto no desenvolvimento da produção nacional, de modo a consolidar ainda mais a sua economia e a elevar o nível de vida de toda a população.

**A Igreja e a paz**

**● Declarações de um padre católico checoslovaco**

Stefan Onderko, padre católico da cidade de Kosice e doutor em Teologia, é membro do Comité Checoslovaco para a Segurança e Cooperação na Europa e um dos principais representantes do movimento pela paz na Checoslováquia. As suas palavras, transmitidas em entrevista recente com um repórter da agência Orbis, revelam-se certas e plenas de humanismo, ao mesmo tempo que contribuem para o esclarecimento da verdadeira realidade da democracia socialista, sob o ponto de vista religioso.

À primeira pergunta, relativa à situação internacional e à atitude dos cristãos perante a paz, respondeu o padre Onderko:

«É com todo o direito que nos interrogamos se é possível permanecer indiferentes perante tudo isto. Não é não! Todos os homens são responsáveis não só pela sua própria vida, mas também pela dos outros. A guerra nuclear transformaria o nosso planeta num cemitério, esmagaria tudo o que durante milénios fomos criando com a nossa inteligência e as nossas mãos.

A nossa religião ensina-nos que a paz constitui um grande bem terreno. Por isso, juntamente com os restantes representantes da Igreja Católica na Checoslováquia, considero um dever sagrado participar na salvação do Mundo. Todos sabemos que a vida na nossa bela Terra pode sempre ser feliz, desde que o homem e a humanidade não a destruam. Dai, tornarem-se incompreensíveis as provocações daqueles que julgam ou tratam de se convencer de que uma guerra

nuclear não nos afectaria a todos. A guerra atómica constitui uma ameaça terrível para todos nós, sem diferenças. Visitei Hiroshima há um ano. No museu construído no local onde os norte-americanos lançaram a sua primeira bomba atómica, pude convencer-me das consequências horríveis desse acto bárbaro. A "pequena" bomba de Hiroshima deveria ser uma lição suficientemente forte para toda a humanidade e particularmente para os povos europeus.

— Foi isso que concluíram todos os que no Verão de 1983 tomaram parte na Assembleia Mundial Pela Paz e Pela Vida, contra a Guerra Nuclear, em Praga. O senhor também foi um dos participantes neste grande fórum...

— Já assisti a muitos encontros das forças pacifistas da Europa e do mundo. Mas jamais tinha encontrado a unanimidade e a vontade de lutar pela paz que encontramos em Praga. Toda a gente falou ali uma linguagem comum e compreensível para todos, a linguagem da compreensão humana, mútua e com objectivos comuns. No diálogo de cristãos, judeus, muçulmanos, hinduístas, budistas e representantes de outras igrejas do mundo, coincidimos na necessidade de alcançar o que nos une, a paz duradoura e a compreensão.



«Todos os homens são responsáveis não só pela sua própria vida, mas também pela dos outros»

Os esforços que os sacerdotes checoslovacos desenvolvem em prol da paz não são novos nem nasceram de um momento para o outro. Os nossos padres católicos constituíram há mais de 30 anos o Movimento de Religiosos Católicos Pela Paz da Checoslováquia. A encíclica de paz PA-CEM IN TERRIS do Papa João XXIII corroborou mais tarde a justeza da decisão. Nos finais dos anos sessenta, desenvolveram-se os resultados positivos do trabalho do seu movimento, promovendo actividades em prol da paz no âmbito da Associação de Religiosos Católicos Pacem in Terris. Respeitando os seus princípios, desejamos levar à prática os ideais da encíclica de paz que continuará a ser a base dos serviços pacifistas dos sacerdotes católicos.

— No mundo capitalista diz-se frequentemente que na Checoslováquia não há liberdade religiosa, que os sacerdotes e os crentes são perseguidos...

— A realidade mostra-nos o contrário. Depois da II Guerra Mundial, a Checoslováquia entrou livremente numa nova vida. O bocado atrasado da minha Pátria, a Eslováquia Oriental, transformou-se em pouco tempo numa região bonita e florescente. Cresceram ali numerosas empresas, escolas, hospitais, casas de cultura e lindas casas de habitação. Os homens são felizes por terem trabalho garantido, bons salários e segurança de vida. A Eslováquia Oriental pode orgulhar-se também da construção de novas igrejas. Que venham cá convencer-se aqueles que não acreditam que foram construídos mais de 50 igrejas novas nessa parte da Checoslováquia. Temos feito, além disso, um bom trabalho também de difíceis e caras restaurações e reparações de bens móveis e imóveis da Igreja. Nesse campo, a Checoslováquia está num dos primeiros lugares do mundo. Devo acrescentar que as nossas igrejas não estão vazias, como dizem no Ocidente. A vida religiosa é muito rica, ainda que se desenvolva sem pompa nem exa-geros. Isto é o que vê todo aquele que não utilize espelhos negros para olhar a realidade.

Os sacerdotes, como os crentes checoslovacos, não poupam esforços para conjurar a ameaça que representam os novos mísseis norte-americanos na Europa Ocidental, para contribuir para a preservação da paz na Europa. Consideramos isso o nosso dever sagrado. Creio que o bom juízo do homem prevalecerá e que chegará o tempo que as pessoas forjarão arados das suas espadas.»

Internacional

O Dia Nacional da Bulgária

Em quatro décadas um salto de séculos

Para muitos de nós que vamos tendo acesso a uma informação verdadeira sobre os países socialistas e alguns que tiveram mesmo a possibilidade de viajar por lá, a Bulgária ainda é somente pouco mais que o grande pomar do CAME e o roseiral do mundo...

que no próximo domingo se celebram permitiram uma inversão radical quer dos índices económicos quer das condições de vida do povo. De país atrasado que nos acompanhou durante décadas na cauda das tabelas europeias, a Bulgária passou a ser um país de gente feliz e tranquila, que nestas semanas goza as suas férias de Verão no mar ou na montanha como se fosse - e é! - milionária;

A recuperação do património, visível na recuperação por toda a Bulgária de aldeias e bairros segundo a traça e com o tipo de materiais originariamente utilizados - eis uma preocupação e uma tarefa de todos. Mas eles não recuperam «monumentos» apenas. Usam-nos! Como neste caso, um circo romano «desenterrado» numa anticomunista cidade de sete colinas, que na manhã de nossa visita estava a ser preparado para um espectáculo, uma semana depois



breve. Mas nós podemos contar muito mais - e contaremos: entre alguns outros jornais, o «Avante!» teve há semanas o privilégio de percorrer meia Bulgária - quase toda a metade sul. Fomos a convite do «Fabotnichesko Delo», o órgão central do PCB, um colosso de tiragem que atinge frequentemente 1 milhão de exemplares e seguramente 850 mil (um por cada 10 habitantes), impossível de encontrar nas bancas já à hora do almoço e que tem, como pudemos verificar, um papel de relevo na difusão das orientações do Partido e no cumprimento das tarefas políticas, sociais e do domínio da economia a que é chamado o povo búlgaro.

de mil espécies de árvores; ou descer à passagem subterrânea de Sófia que toda a gente atravessa, pisando as pedras polidas por pés de romanos e passando as mãos pelas estatuas e tábuas gravadas da época que foi possível recuperar; ou ainda provar em Melnik, Grécia à vista, à sombra do convento e das casas senhoriais que albergaram patriotas e revolucionários, o vinho único da região, que «há quem diga (piada do correspondente do distrito) foi o segredo da longevidade de Churchill, ou, quem sabe?, da sua morte prematura aos 91 anos...».

Como é o socialismo na Bulgária

A 9 de Setembro o povo búlgaro festejará o 40.º aniversário da Bulgária socialista. Na madrugada deste dia, há quatro décadas, a classe operária, os trabalhadores, camponeses e intelectuais unidos na Frente Patriótica e sob a direcção do Partido Comunista Búlgaro (apoiados pela ofensiva vitoriosa do Exército Soviético) liquidaram o domínio do poder monarca-fascista do país.

da indústria, que já assegura 67% do produto nacional bruto e quase 60% do rendimento nacional. O rápido desenvolvimento da metalomecânica, electrónica e electrotecnia, indústria química e metalurgia introduziu profundas mudanças estruturais na economia nacional e isto permitiu-lhe ultrapassar alguns países avançados em vários índices.

industriais: a electrónica, ácido sulfúrico, adubos azotados, tecidos de lã e algodão, fibras sintéticas, outros. É o maior exportador do mundo de empilhadores eléctricos a diesel, está entre os primeiros cinco países pelo desenvolvimento da produção de robots industriais. As suas indústrias ligeiras e alimentares também fortemente desenvolvidas. Pela produção de energia eléctrica per capita (5000 kilovatios-hora, presentemente - apenas 42 até à guerra) alcança o nível médio europeu, ultrapassando países como a Itália, a Espanha, e atingindo os níveis de França e de Inglaterra.

dinâmicos e estáveis do seu desenvolvimento económico é a sua integração no sistema do CAME, cujos membros cooperam e não concorrem entre si. Isto deu-lhe a possibilidade de se especializar na produção de centenas de artigos industriais, de realizar uma produção em grande série e rentável e assegurar muitos mercados; teve expressão no aumento sem precedentes do intercâmbio comercial com o exterior, atingindo em 1983 os 24 mil milhões de dólares - ou seja acima de 54 vezes mais do que até à guerra. As suas reservas de divisas são estáveis, e é parceiro respeitado e procurado nas relações económicas internacionais.

cional, crescendo sistematicamente, permite aumentar de forma constante o nível de vida, o que se transformou em objectivo básico dos planos de desenvolvimento socioeconómico do país. Durante as últimas três décadas os rendimentos reais em média por pessoa aumentaram cinco vezes, e o ordenado real mais de 3,5 vezes. A igualização sistemática das condições de trabalho e vida no campo e na cidade e o progressivo desaparecimento das diferenças entre o trabalho intelectual e físico, assim como a cada vez mais integração dos trabalhadores na gestão do país conduzem à criação de uma sociedade com uma cultura que liga a rica herança nacional aos valores culturais de outros povos. A sociedade garante o direito ao trabalho e ao repouso, assume os cuidados de saúde pública e educação a todos os níveis, apoia as reali-

zações culturais, artísticas e desportivas. Realiza-se o programa de educação estética da juventude e do povo, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso da personalidade. Os cuidados especiais para com as grávidas, mães, crianças e pessoas idosas criam confiança para o dia de hoje e para o dia de amanhã. A Bulgária é um país aberto e pacífico; o povo búlgaro está bem informado e aspira a contactar e a cooperar com outros países e povos de maneira activa e criativa, sobretudo nas questões da paz e desenvolvimento das relações de amizade de vantagem mútua. O exemplo mais claro neste sentido é a sua contribuição na transformação da região dos Balcãs, em cujo centro geográfico está situada, em zona de paz, de boa vizinhança e de cooperação, em zona livre de armas nucleares.



O combinado petroquímico de Burgass, um colosso a perder de vista, «é um elo importante da colaboração estabelecida entre os países do CAME». Doze mil trabalhadores, todos búlgaros, e uma tecnologia que começou por ser importada e agora floresce ali mesmo (têm o seu próprio instituto superior de ciências). Recebem ramos - devolvem petróleo e sintéticos há pouco inimagináveis. Quantidades? «O satélite americano fotografa tudo; isso parece que ainda não pode dizer...»

Hoje, a Bulgária é um dos países que se desenvolve a ritmos mais rápidos nos planos industrial e agrícola. Já dispõe de uma grande base material e tecnológica. Em comparação

com o melhor nível de 1939, o seu produto nacional bruto cresceu 22 vezes e o rendimento nacional 14 vezes. No presente, em três dias a indústria búlgara produz o que pro-

duzia no ano de 1939. Ou, por outras palavras, 84 vezes mais. A correlação entre a indústria e a agricultura - 22%-78% para o mesmo período - mudou para 85%-15% a favor

As conquistas da agricultura são largamente reconhecidas. Completamente modernizada, a sua produção cresce mais de três vezes com três vezes menos mão-de-obra em comparação com 1939. Os complexos agro-industriais são das maiores empresas especializadas e mecanizadas do mundo, modelares e altamente rentáveis pelos métodos industriais de produção e gestão. A Bulgária está entre os primeiros países pela produção, por unidade de área, de trigo, milho, semente de girassol, tomate, tabaco, uva, maçã, etc. A Bulgária não só resolveu assim o seu problema de abastecimento de fruta, mas é também grande exportador de produtos frutícolas.

A estrutura harmonicamente desenvolvida da economia búlgara permite-lhe reagir flexivelmente às exigências dos mercados externo e interno. Mas o factor decisivo para os ritmos



Pescadores como os de todas as costas, dir-se-á. Mas estes, os de uma traineira de Sozopol, como os de toda a Bulgária, têm salário mais alto (a todos os dias), maiores regalias sociais, mais tempo de férias pagas: o seu trabalho é mais duro que o de muitas outras profissões. No entanto, puxar a rede à mão é por exemplo coisa que não fazem. E olhando para o mecanismo de tracção dir-se-ia que até a sardinha podia ser levantada assim



Em território, a Bulgária é o centésimo país do mundo e em população o sexagésimo terceiro. Mas está entre os dez primeiros do mundo na produção per capita de 16 artigos industriais (electrónica, ácido sulfúrico, adubos azotados, etc.), é o maior exportador do mundo de empilhadores eléctricos a diesel, está entre os primeiros cinco na produção de robots industriais

Advertisement for 'Festa do Avante! 1984' in 'Cidade Internacional'. It includes a subscription form with fields for Name, Address, Telephone, and Signature, and a price of 500\$00 (500,000 escudos).

## Internacional

# Adesão adiada a fingir que não

O presidente francês François Mitterrand passou por Lisboa a semana passada onde manteve sigilosos encontros de trabalho com Mário Soares e Mota Pinto. O tema tratado, a fazer fé no «Le Monde» e na France Press, teria sido a famigerada adesão de Portugal à CEE que, para não variar, seria uma vez mais adiada.

Verdade? Mentira? Esta a momentosa angústia com que os portugueses ficariam a debater-se se não tivessem muito mais com que se preocupar, dado que do Governo Soares-Pinto nada transpirou sobre o assunto. O fúnebre silêncio governamental arrisca-se no entanto a ser interpretado como a confirmação de que a proclamação, anunciada e reanunciada, da adesão agora — que conta pelo menos com uns oito anos de expectativa — afinal ainda não é desta.

Numa breve recapitulação dos factos cabe registar que o presidente francês pôs em Lisboa vindo de Marrocos onde, sempre segundo as fontes bem informadas da imprensa burguesa, foi saber junto de

Hassen II pormenores sobre os recentes acordos com a Líbia, aproveitando a viagem para ouvir as preocupações marroquinas quanto ao alargamento da Comunidade a Portugal e Espanha. Não é novidade para ninguém que as autoridades de Marrocos não encaram com bons olhos a eventual entrada dos dois vizinhos europeus, uma vez que o panorama agrícola da comunidade se apresenta negro para os dez, quanto mais para doze.

No caso vertente de Marrocos, a principal preocupação seria a nefasta influência de Portugal e Espanha na concorrência na exportação de citrinos. Um problema de laranjas que poderá ter muito mais sumo do que parece...

Chegado a Lisboa, Mitterrand terá proposto a Mário Soares e Mota Pinto o adiamento da adesão de Portugal à CEE para não ferir a susceptibilidade da Espanha cujo processo está muito mais atrasado do que o português. Esta foi a versão divulgada sábado pelo «Le Monde», que adianta ainda que a proposta incluía a possibilidade de uma declaração solene para assinalar o final das negociações.

Ou seja, Mitterrand teria proposto a Soares um esquema em que se fazia de conta que Portugal entrava mas não entrava, que havia adesão mas que não se aderiria, enfim que sim mas que também a «Europa conosco» ma non troppo...

Desconhece-se a resposta de Soares que entretanto partiu para mais um périplo africano. Dizem as más línguas que com um forte amargo de boca.

Entretanto, quem pretende saber em que ponto param as modas nesta verdadeira história de suspense da CEE tem de recorrer às notícias da France Press, que de Bruxelas informava sobre o pessimismo que dominava a reunião dos ministros dos Negócios Estran-



Amigos, amigos, mas negócios à parte. As calorosas promessas de Mitterrand ao seu amigo Soares parece que, afinal, não são para cumprir...

geiros da Comunidade Económica Europeia em que se discutiam questões relacionadas com as adesões de Portugal e Espanha.

Um pessimismo por demais compreensível, pois se as solidariedades políticas e interesses estratégicos impõem o alargamento da Comunidade, os problemas económicos são excessivamente graves para serem ignorados ou sequer subestimados. Em hora de tormenta os dez parceiros europeus pensam em primeiro lugar em salvar o seu próprio barco, o que até é lógico.

Menos lógico é no entanto a posição do Governo português,

que no afã de muitos anos de espera descarta o debate de problemas tão sérios como o da situação das pescas, do vinho, do azeite, da livre circulação de trabalhadores, os chamados pontos quentes da adesão.

E no entanto as repetidas posições tomadas sobre aqueles assuntos no seio da comunidade nada auguram de bom para Portugal. Recorde-se a propósito que o Luxemburgo pretende impedir a circulação de trabalhadores portugueses no seu território por um período de dez anos e que na Alemanha Federal têm sido defendidas medidas a médio e longo

prazo para a redução sensível do número de emigrantes tendentes a impedir «indesejáveis movimentos migratórios no âmbito do alargamento da CEE».

Por tudo isto, é óbvio que ninguém minimamente consciente das realidades nacionais pode lamentar os sucessivos atrasos na ambição — por Mário Soares — adesão de Portugal à CEE. O busiliis da questão é que, em nome de uma meta política do primeiro-ministro que já se tornou uma obsessão, os portugueses vão pagando os custos da adesão que não há sem qualquer contrapartida da adesão que se diz que vai haver!

# Uruguai Jaime Perez libertado

Símbolo vivo da resistência ao fascismo, exemplo da dedicação sem limites aos ideais da paz, da liberdade e da democracia popular, o dirigente comunista uruguayo Jaime Perez foi libertado no passado domingo das masmorras da ditadura militar após dez longos anos de tortura e prisão. Foi dia de festa em Montevideo e em todo o Uruguai, onde o povo comemorou nas ruas esta vitória sobre a ditadura, certo de que mais um passo foi dado para o derrube total do regime militar. É uma razão de festa para os comunistas e democratas de todo o mundo cuja solidariedade com o camarada Jaime Perez foi um contributo inestimável para a sua libertação.

A história de Perez não difere da de muitos comunistas vítimas da ditadura, militar ou não, na América Latina como noutros pontos do mundo. Sofreu no entanto torturas particularmente cruéis, como diversas vezes foi denunciado pelos mais variados organismos nacionais e internacionais dos direitos humanos, chegando mesmo a estar em perigo de vida. A coragem com que resistiu a todas elas transformou-o num exemplo de confiança no futuro.

Preso em Outubro de 1974, quando era já um destacado dirigente comunista e sindicalista, Jaime Perez percorreu ao longo de dez anos os degraus dos horrores que os ditadores tortionários inventaram para tentar liquidar a combatividade dos que acima de tudo amam o povo a que pertencem. Arrancaram-lhe as unhas; aplicaram-lhe choques eléctricos; teve a cabeça mergulhada em excrementos (submarino); esteve pendurado numa trave (o chamado «pau de arara»); foi espancado de toda a forma; isolado do mundo. Não falou. Não traniu a causa a que sempre dedicou a sua vida.

Esteve preso dez anos. A solidariedade do povo uruguayo e das forças progressistas internacionais fizeram-se sentir durante esses dez anos e acabaram por forçar à sua libertação. O fascismo que o não conseguiu vencer acabou por ser forçado a devolvê-lo ao povo a que pertence. Para prosseguir a luta há muito enclaudada, naturalmente.

Na primeira mensagem aos uruguayos no exílio, Jaime Perez deixou bem clara a sua posição: **recuperar a liberdade com a alegria de encontrar o povo a lutar e as suas organizações a combater.** Mas a luta tem de continuar, pois como afirmou muitos ainda se encontram presos.

Que melhor forma tem um revolucionário de desfrutar a liberdade do que retomando a luta? Horas depois de libertado, Jaime Perez discursava num comício de solidariedade com a Nicarágua sandinista, em Montevideo, perante milhares de pessoas.

Com a dedicação e coragem de filhos como este, o Uruguai não tardará muito a vencer a ditadura militar. Até às próximas eleições de Novembro, o grito de amnistia e liberdade



Jaime Perez

continuará certamente a fazer-se ouvir em todo o país. E por cada preso libertado, por cada conquista, o movimento popular ficará mais forte.

Com ele estará a nossa solidariedade e a profunda alegria por cada vitória tão duramente conquistada.

# Médio Oriente Crise em Israel tensão no Médio Oriente

A crise política israelita continua num beco sem saída enquanto se agravam dia-a-dia as condições de vida da população e a situação no sul do Líbano ocupado pelos sionistas ameaça transformar-se num foco de consequências imprevisíveis.

A incapacidade do Partido Trabalhista de Shimon Peres em captar apoios necessários para a formação de um governo sem a participação do bloco direitista Likud do primeiro-ministro em exercício Isaac Shamir, tal como a disponibilidade dos trabalhistas em se aliarem a todo o custo com os representantes sionistas para uma partilha do poder, gerou em Israel uma situação insólita. Por um lado, não existem grandes diferenças de fundo entre os dois partidos, pelo que seria de esperar um diálogo fácil; mas por outro lado, a sede de poder dos dirigentes das duas principais forças políticas coloca na ordem do dia a questão de a quem caberá a liderança governativa, sendo que nem Peres nem Shamir estão dispostos a abdicar de tal função.

A possibilidade de uma alternância no cargo estava praticamente aceite quando a denúncia de massacres liderados por Shamir em 1948 contra uma aldeia palestina veio de novo subverter os dados deste complexo quadro político. Não porque os trabalhistas tivessem

ficado particularmente afectados pelas provas dos crimes do dirigente sionista trazidas à luz do dia — numerosas ossadas foram postas a descoberto, confirmando de forma implacável testemunhos de sobreviventes — mas porque o Partido Socialista Mapam, tido como a ala esquerda dos trabalhistas israelitas, ameaçou retirar o seu apoio ao eventual governo de Shimon Peres caso este leve avante a alternância de poder com o Likud.

A divisão de forças em Israel é de tal forma periclitante que basta o desacordo de qualquer dos pequenos partidos para que nem o Likud nem os trabalhistas possam levar por diante os seus planos. O que em última análise aponta para a necessidade de encontrar uma alternativa democrática à actual situação, dado que nenhum dos dois blocos se encontra em condições ou tem sequer vontade política para resolver a grave crise interna que o país vive.

À esta conclusão chegaram certamente muitos dos eleito-

res que depositaram esperanças numa melhoria das suas condições de vida, quando esta semana viram de novo os preços dos combustíveis e dos principais produtos alimentares voltarem a subir, entre 20 e 15 por cento.

Com uma inflação que ronda os 400 por cento e uma dívida externa de cerca de 22 mil milhões de dólares (a mais elevada do mundo «per capita»), a vida em Israel tornou-se numa verdadeira luta pela sobrevivência.

Uma luta tanto mais dura quanto as autoridades prosseguem a sua política de implantação de colonatos nos territórios ocupados, gastando verbas incalculáveis na manutenção de tropas e na implementação de medidas que poderão desencadear novos confrontos armados.

A política anexionista de Te-lavive em relação aos territórios do sul do Líbano, há dias condenada no Conselho de Segurança da ONU, é um dos exemplos mais gritantes.

Recorrendo ao esfarrapado argumento de perseguir bases de combatentes palestinianos, os sionistas levaram a cabo nos últimos dias novos ataques aéreos no Líbano, logo seguidos de incursões de tanques e do reforço de posições militares no sul. Uma manobra de diversão que não impediu a

denúncia das obras de desvio de cursos de água do Líbano meridional em direcção a Israel, do corte de comunicações viárias entre o norte e o sul libanês, bem como de outras medidas que na prática visam a total anexação do sul do Líbano.

Refira-se, a título de exemplo, o facto das forças israelitas terem proibido no sul ocupado a circulação de certos jornais libaneses, como o An-Nida, que defendem as posições das forças patrióticas e clamam contra a ocupação sionista.

Dividido internamente pelas forças que se batem pelo poder; vivendo à custa dos balões de dólares que recebe de Washington e do comércio armamentista; sonhando com o «grande Israel» do Nilo ao Eufrates, o sionismo só sobrevive porque o imperialismo norte-americano está disposto a manter no Médio Oriente o seu braço armado que lhe permitirá — julga — o domínio da região.

As forças democráticas de Israel, tal como as do Líbano, da Síria, da Jordânia, de toda a região, terão de encontrar as formas de unidade indispensáveis para fazer face ao inimigo comum. Enquanto estiverem divididas, os sionistas e os imperialistas serão os únicos a reinar.

## Invasão de El Salvador

A Comissão Político-Diplomática da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador divulgou recentemente um comunicado em que acusa os Estados Unidos de prepararem uma invasão militar directa de El Salvador.

Falando em nome daquela Comissão na Cidade do México, António Hernandez salientou a ameaça que representa para a segurança dos povos da América Latina a ingerência militar norte-americana no conflito salvadoreño, voltando a defender as propostas de solução pacífica das forças patrióticas, que passam por um cessar-fogo e a constituição de um governo representativo capaz de realizar amplas transformações políticas, económicas e sociais.

Como se refere no citado documento, o papel altamente negativo desempenhado pelos EUA tende a agravar-se, uma vez que a Casa Branca aposta na força para fazer vingar as suas «soluções» em El Salvador. Incapaz de fazer face ao crescimento do prestígio das forças patrióticas salvadoreñas, designadamente da FMLN e da FDR; a braços com a manifestada incapacidade do regime fantoche de Nopoleon Duarte para derrotar a guerrilha e perante o fracasso das manobras tendentes à criação de uma aliança reaccionária entre as Honduras e El Salvador, o imperialismo norte-americano está disposto a passar à invasão directa malgrado todos os custos materiais e humanos que tal medida comporta.

As recentes notícias divulgadas pelo «Washington Post» sobre a possibilidade dos EUA enviarem para El Salvador bombardeiros utilizados no Vietname confirmam as preocupações das forças patrióticas salvadoreñas. Recorde-se a propósito a decisão do Congresso norte-americano de financiar a ditadura de Duarte com mais 70 milhões de dólares; tal ajuda inclui o envio dos referidos bombardeiros equipados com metralhadoras com uma capacidade de 18 mil tiros por minuto, helicópteros, camiões, tremo de tropas, munições e novos equipamentos.

## Nicarágua protesta contra EUA

O governo sandinista protestou junto da administração Reagan contra a nova provocação norte-americana à Nicarágua, que desta vez foi levada a cabo por um avião enviado pela CIA para fornecer apoio aos contra-revolucionários que a partir das Honduras se infiltram em território nicaraguense.

O avião de fabrico norte-americano foi abatido pelas forças sandinistas no departamento de Jinotega.

Como as autoridades sandinistas assinalaram na nota de protesto enviada para Washington, a «coincidência» entre a violação do espaço aéreo com a presença legal de dois navios de guerra norte-americanos em águas territoriais da Nicarágua presta-se a conclusões nada tranquilizadoras quanto aos intentos da administração Reagan.

A nota acusa ainda a política americana de contrariar os princípios mais elementares das relações interestatais e de desafiar a decisão do Tribunal Internacional de Haia, que exigiu o termo de todos os atentados à soberania e integridade territorial da Nicarágua.

O governo sandinista, que exige que os EUA se empenhem em verdadeiras negociações para uma paz sólida na América Central, manifestou na ocasião as mais sérias preocupações pela inegável preparação dos EUA para uma intervenção armada directa na Nicarágua e na região centro-americana. Para fazer face a uma tal eventualidade o Conselho de Estado nicaraguense divulgou em Manágua um decreto aprovando um projecto de criação de um sistema nacional de alerta anti-aéreo, elaborado pela Junta governamental, de forma a garantir a segurança da população em caso de agressão.

## Delegação soviética em Moçambique

Uma delegação do Soviete Supremo da URSS, chefiada pelo vice-presidente do respectivo Presidium, deslocou-se em visita oficial à República Popular de Moçambique, tendo sido recebida pelo presidente moçambicano, Samora Machel.

Durante o encontro, Samora Machel referiu o contributo da União Soviética para a libertação do povo de Moçambique do jugo colonial e assinalou a assistência prestada à RPM no reforço do poder popular e na defesa das conquistas revolucionárias.

## Preços baixam na URSS

Os soviéticos começaram o mês de Setembro de forma bem mais agradável do que a generalidade dos europeus: com uma baixa de preços numa série de artigos de amplo consumo.

A decisão, tomada pelo «bureau» político do CC do PCUS, incide sobre produtos de criança, certos medicamentos e tipos de tecidos, bem como artigos de uso doméstico. A redução dos preços no consumidor rondará um total de 2,2 mil milhões de rublos num ano.

## Solidariedade com a Namíbia

Numa altura em que na África do Sul as autoridades racistas se desdobram em iniciativas para quebrar o isolamento internacional a que o regime de «apartheid» foi votado pela maioria dos povos do mundo — o que lamentavelmente vão conseguindo graças ao apoio mais ou menos envergonhado de chefes de Estado e de governo capitalistas — a solidariedade com os povos sul-africanos e da Namíbia ocupada é mais do que nunca indispensável.

As mensagens nesse sentido enviadas ao Conselho da ONU para a Namíbia são um testemunho de que tal preocupação existe e um alerta de que deve reforçar-se.

Recentemente, o presidente sírio Hafez Al-Assad tomou posição sobre o assunto fazendo notar a estreita ligação entre a doutrina do «apartheid» de Pretória e o sionismo de Israel dado que ambos comungam os mesmos objectivos monstruosos, ameaçando os povos e a paz mundial.

Também o presidente da Tunísia, Habib Bourguiba, se manifestou defendendo que a resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU terá de ser a pedra angular da regularização justa e firme do diferendo, ao mesmo tempo que apelava para que a comunidade mundial apoie unanimemente os esforços das Nações Unidas para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia.

Em Luanda, entretanto, foi divulgado um comunicado da SWAPO (Organização para a Libertação do Sudoeste Africano) condenando o apoio das forças da NATO, em particular dos EUA, à África do Sul.

**Esta cooperação, diz o comunicado, visa romper o isolamento internacional do regime do «apartheid» e perpetuar a opressão da população africana. Pretória menospreza as deliberações da ONU sobre a Namíbia porque goza da protecção dos países ocidentais.**

## Cursos na RDA

Por iniciativa da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), peritos de 17 países da Ásia, África e América Latina participam na capital da RDA em cursos sobre energia atómica.

Os cursos, que têm a duração de seis semanas, fazem parte do programa de cooperação técnica da AIEA com os países em vias de desenvolvimento e visam acelerar o seu progresso técnico-científico. Durante os trabalhos os participantes estudarão meios de protecção do meio ambiente e da utilização pacífica da energia atómica.

# A atracção do fascismo

Em Hanover, na República Federal da Alemanha, quatro professores do Estado da Baixa Saxónia começaram a ser julgados na passada segunda-feira sob a acusação de pertencem ao Partido Comunista Alemão (DKP) e de terem participado como candidatos nas suas listas às eleições municipais de 1981.

Em 31 de Agosto de 1939, há 45 anos, uma provocação nazí dava início à II Guerra Mundial, com a invasão da Polónia. Pouco antes dessa tenebrosa data Hitler afirmava aos seus generais, na Bavária do Sul: **arranjarei um pretexto propagandístico para desencadear a guerra. Que seja verdadeiro ou não pouco importa. Ao vencedor não se lhe pergunta depois se disse a verdade ou não.**

Hitler não venceu a guerra. Mas enquanto ela durou, crimes sem nome foram cometidos contra a Humanidade. Milhões de pessoas foram assassinadas devido às suas convicções religiosas, políticas, à sua raça e até mesmo por coisa nenhuma.

45 anos depois, quatro professores são julgados pelas suas opções políticas. Há uma perturbadora continuidade ideológica nesta forma de acção.

Arrepiar constatar que no país directamente responsável por seis anos de guerra envolvendo 61 Estados e cerca de 80 por cento da população mundial, em que morreram mais de 50 milhões de pessoas, a opção política dos cidadãos ainda possa ser motivo de interdições, perseguições, repressão.

Já não existem, é certo os campos de concentração e as SS que em nome do «perigo comunista» cometeram tão bárbaros crimes. Mas o papão comunista continua a ser agitado como um flagelo à civilização cristã e ocidental.

Não se trata de um caso isolado. Muitos funcionários públicos foram perseguidos antes pelas suas convicções políticas, em breve mais onze professores serão alvo de acusações semelhantes à dos quatro agora em julgamento, está ainda em aberto a autêntica caça às bruxas desencadeada pelo ministro dos Correios da RFA.

Em todos os casos a situação é a mesma: não estão em causa as capacidades profissionais, a competência, a ho-

nestidade dos réus; a única acusação que lhes é feita é a de serem comunistas.

Pouco importa ao governo da Baixa Saxónia (democrata-cristão) que ao fazer tal acusação esteja a violar os direitos democráticos fundamentais, como o Sindicato dos Professores repetidamente vem afirmando, ao mesmo tempo que denuncia o carácter arbitrário e anticonstitucional daqueles julgamentos. Pouco importa também aos democratas-cristãos a onda de protestos internos e internacionais que tais casos suscitam, não obstante reunirem num consenso pouco comum escritores, cientistas e parlamentares das mais diversas tendências e terem levado a OIT a formar uma comissão específica para estudar a interdição profissional na RFA.

À memória curta das forças de direita no poder na República Federal Alemã, que parecem ter já esquecido as terríveis consequências da guerra para só lembrar os deslumbramentos do poder, interessa mais, como a Hitler há 45 anos, afastar do seu caminho as forças que mais consequentemente se opõem ao totalitarismo, em prol da paz, da liberdade e da democracia — os comunistas.

Sentá-los no banco dos réus ou enviá-los para campos de concentração não é afinal tão diferente como à primeira vista possa parecer. É que as razões que levam a isso são essenciais as mesmas... Pelo que importa dar-lhes firme combate antes que se torne demasiado tarde.